

Sumário

Número de notícias: 43 | Número de veículos: 20

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mauro Cid vai ao STF para delação premiada; acordo depende de Moraes 4

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TCU estuda o que fazer com multas que foram aplicadas à Odebrecht 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

É cedo para jogar a toalha e mudara meta fiscal de 2024 - CLAUDIA SAFATLE 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Esforço de ajuste das contas deve ser conjunto" 11

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estatual terá centro de distribuição para importados em Natal 14

VALOR ECONÔMICO - SP - EU
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nos bastidores do comércio exterior 15

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Remessa Conforme cria engodo - ECONOMIA 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Fazenda negocia imposto menor para empresas de apostas 20

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
SEGURIDADE SOCIAL

Problemas na aposentadoria têm solução - SERVIDOR 21

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja o que muda com o salário mínimo de R\$ 1.421, previsto no Orçamento 22

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Demorar para investir para a aposentadoria pode custar caro; veja quanto (Papo com Especialista) 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Esplanada vestida de Brasil 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo adia - de novo - programa Voa Brasil - MERCADO S/A 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

O assédio sexual e a estabilidade no serviço público (Artigo) 29

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Procuradores devem recorrer de anulação..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

PF aceita acordo de delação com coronel Mauro Cid..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estudo aponta causas para fraco desempenho da AL..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cabe ao governo mediar embate entre Ásia e marcas ocidentais..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - IMÓVEIS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Potencial de fluxo estrangeiro ainda não chegou ao país"..... 37

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Padilha faz balanço de troca ministerial para ampliar base do governo..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nestlé fecha a compra a Kopenhagen e aposta na expansão da rede de lojas..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pré-sal promete arrecadação maior para governo, mas "janela é curta"..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pirataria e crime movimentam R\$ 32 bi em SP, diz Fiesp..... 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Desigualdade e meio ambiente na pauta..... 46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

No foco da Casa da Moeda..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Reforma ministerial de Lula não garante governabilidade..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

De olho na qualidade dos gastos públicos - ENTRE ASPAS..... 52

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Propaganda para promover G-20 na Índia projeta culto à imagem de Modi..... 53

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Alta do petróleo pressiona Petrobras..... 55

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Grandes bancos articulam medidas para captar mais e reforçar poupança - COLUNA

BROADCAST

..... 56

O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Lula fala ao bolso para ampliar base - VERA MAGALHAES.....	58
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Argentina (II) : a decadência - FABIO GIAMBIAGI.....	60
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA ECONOMIA	
Mercado precifica espaço menor para cortes na Selic.....	62
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Comida em casa deve ficar mais barata neste ano.....	63
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Fraqueza do setor industrial empurra Alemanha à recessão.....	65
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Rússia continuará guerra contra Ucrânia à espera de Trump.....	67
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
É preciso pôr um fim à farra dos supersalários (Editorial).....	68
VALOR ECONÔMICO - SP - IMÓVEIS ECONOMIA	
Mercado sinaliza espaço menor para cortes na Selic.....	70
VALOR ECONÔMICO - SP - IMÓVEIS ECONOMIA	
Probabilidade de "pouso suave" cresce nos EUA, diz Capital Economics.....	72
O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA NACIONAL ECONOMIA	
Defesa nacional terá R\$ 52,8 bilhões para equipamentos e tecnologias.....	73
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO POLÍTICA	
O preço do toma lá, dá cá - ROBERTO FONSECA.....	74
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA POLÍTICA	
Time de mulheres em defesa de Ana Moser.....	75
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Sem garantias, governo deve atrasar conclusão de reforma.....	77

Mauro Cid vai ao STF para delação premiada; acordo depende de Moraes

PEPITA ORTEGA FAUSTO MACEDO MARCELO GODOY

Figura central em uma série de investigações que miram o ex presidente Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid compareceu na quarta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) para confirmar que pretende fechar um acordo de colaboração premiada com a Polícia Federal (PF). A audiência pela qual o ex-ajudante de ordens da Presidência passou é de praxe. A lei que trata do instituto estabelece a necessidade de a Justiça ouvir o "interessado" na delação, acompanhado de seu advogado.

Ou seja, o acordo ainda não está fechado - pode-se dizer que ele manifestou interesse em cooperar com a Justiça.

Apesar de as tratativas da delação avançarem, o teor das declarações prestadas pelo militar só poderão ser usadas nos inquéritos em trâmite no STF após o pacto ser homologado pela Corte máxima. As apurações das quais o aliado do expresidente Jair Bolsonaro é alvo são conduzidas pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes.

A informação sobre o aceite, pela PF, da delação de Cid foi divulgada pela jornalista Andréia Sadi, da Globonews, e confirmada pelo Estadão.

Caberá ao ministro, alvo de hostilidades do expresidente e de sua base aliada, decidir se dá andamento no procedimento da Polícia Federal à proposta de delação. Acompanhado por seu advogado, Cezar Bitencourt, Cid foi até o Supremo informar que quer colaborar com as investigações e que a Polícia Federal aceitou sua proposta de colaboração, mas o avanço das negociações depende de Moraes.

O instituto da colaboração premiada está previsto na Lei das Organizações Criminosas e estabelece que um colaborador - o que Cid almeja ser - "deve narrar todos os fatos ilícitos para os quais concorreu e que tenham relação direta com os fatos investigados".

O tenente-coronel é citado no inquérito das milícias digitais, na investigação sobre fraudes na carteira de vacinação do ex-presidente e na apuração sobre o suposto esquema de venda de presentes recebidos por Bolsonaro enquanto chefe de Estado, as joias das

arábias.

A lei também estabelece hipóteses em que o juiz pode reduzir ou até perdoar a pena do colaborador.

As medidas podem ser aplicadas se ele identificar outros participantes da suposta empreitada criminosa ou descrever a "estrutura hierárquica" do grupo.

De outro lado, a análise da concessão de qualquer benefício leva em consideração a "personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração".

BENEFÍCIOS. Ao decidir sobre a homologação ou não da delação de Cid, Alexandre de Moraes deverá seguir uma série de aspectos, também definidos em lei, como a adequação dos benefícios propostos a Cid e os resultados da colaboração.

Também terá de ponderar sobre a "voluntariedade da manifestação de vontade" do militar, em especial considerando que o tenente-coronel está preso desde maio.

Desde a entrega da proposta de delação, as partes devem estabelecer um pacto de confidencialidade, por isso não se sabe o teor das confissões feitas por Cid. O militar é peça chave em todas as investigações que respingam no ex-presidente Jair Bolsonaro. E poderia esclarecer o papel dele e de outros atores - militares, políticos e integrantes da entourage do ex-presidente - em cada uma das investigações conduzidas pelo PF.

Ele está detido desde o dia 3 de maio em uma unidade do Exército, após ter a prisão preventiva decretada por Moraes na investigação sobre a falsificação de carteiras de vacinação contra a covid-19. Em seguida, ele e seu pai, o general Mauro Cesar Lourena Cid, foram alvos de buscas em razão dos supostos esquema de venda de joias da Presidência no exterior. A PF ainda obteve áudios e cópias de mensagens trocadas pelo tenente-coronel sobre esses casos conversas dele com interlocutores militares sobre atos golpistas e ataques contra as urnas eletrônicas.

Cid esteve ao lado de Bolsonaro em entrevistas, lives e reuniões, e foi o chefe da Ajudância de Ordens da Presidência da república e o braço direito de

Bolsonaro nos quatro anos do governo passado.

O oficial do Exército participou diretamente do caso das joias desde os primeiros passos, como revelado pelo Estadão.

No fim do governo, ele despachou um auxiliar para tentar resgatar um kit de joias que a casal Jair e Michelle Bolsonaro receberam do governo da Arábia Saudita. As joias tinham sido retidas pela **Receita Federal** no aeroporto de Guarulhos.

MILITARES. Oficialmente, o comando do Exército decidiu não se manifestar sobre esse movimento da defesa do tenente-coronel.

Primeiro porque o caso se encontra na esfera jurídica do STF. Depois porque os fatos não investigados não aconteceram dentro dos muros da instituição verde-oliva.

Para militares que acompanham os desdobramento do caso no quartel da Força Terrestre, a decisão de Cid de colaborar com a PF para colaborar com as investigações revelaria uma situação parecida com a vivida no passado durante a Operação Lava Jato.

Uma possível delação estava no horizonte das conversas deles já no começo da semana. Na tarde de ontem esses mesmo militares se faziam algumas perguntas.

A primeira era sobre quais os meios de prova Cid ainda disporia para corroborar a sua delação que a PF não tenha conhecimento?

Traduzindo: existiria algum celular, pen drive ou HD externo escondido com novos documentos e fotos que os federais desconhecem em poder de Cid ou de sua família que possam esclarecer o papel dos envolvidos e o alcance dos delitos cometidos?

Quase ninguém acredita nessa hipótese.

O mais provável, segundo os militares consultados, é que Cid tenha informações e dê seu depoimento sobre os papéis de cada um nas tramas investigadas por Moraes, principalmente, o do ex-presidente Bolsonaro.

Há ainda quem acredite que a ação de Cid serviria para obter o compromisso de que seu pai, o general Mauro Lourena Cid, fique livre de qualquer acusação.

O desconforto com as investigações e a forma como elas atingiam as instituições fez com que parte da cúpula do exército acredite que a situação atual é pior para a imagem da Força do que aquela vivida no fim do regime militar, com a **inflação** e o desgaste político

vividos pelos governo do general João Batista Figueiredo.

CONSELHO. Por fim, há outras dúvidas que uma delação de Cid suscita entre os militares. O acordo poderia servir para isentar acusados da perda de posto e patente, desobrigando-os de serem submetidos a conselho de justificação? Este conselho é uma espécie de tribunal de honra que declara se o oficial é digno ou indigno do oficialato.

Militares condenados a mais de dois anos de prisão são automaticamente desligados do Exército. Cid poderia colaborar com a Justiça e obter em troca a preservação do posto e patente?

Se um acordo assim for homologado pelo STF, ele teria de necessariamente ser cumprido pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Por fim, acredita-se entre os militares ouvidos pela reportagem que, ao fim, a decisão da defesa de Cid pode servir para abreviar seu caso e encurtar ainda a agonia da instituição, desgastada a cada novidade encontrada pela PF. Os generais ouvidos aguardam o surgimento dessas respostas para que tudo fique mais claro.

COLABOROU GABRIEL DE SOUSA

Venda de joias

Caso arrastou as três forças para impasse

I General Cid

A operação Lucas 12:2, da Polícia Federal, aponta participação direta de homens do Exército em um "esquema internacional" de venda de presentes recebidos em viagens presidenciais. O general Mauro Cesar Lourena Cid, o filho dele, tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid (ao lado), o coronel Marcelo Câmara e o primeiro-tenente Osmar Crivelatti aparecem com destaque na operacionalização da venda dos itens. O general Cid foi membro do Alto Comando do Exército até 2019, quando foi para a reserva

I O almirante

Um dos principais personagens do episódio foi o almirante da Marinha Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia de Jair Bolsonaro.

Em outubro de 2021, o pacote de joias presenteado pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente estava em posse de um assessor dele quando foi retido no aeroporto de Guarulhos, na Grande São

Paulo. Ao saber que a fiscalização apreendeu o item, o ministro retornou à área da alfândega e tentou liberar os itens com a **Receita Federal**

I Avião presidencial

Em dezembro do ano passado, horas antes da passagem de cargo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Jair Bolsonaro saiu do Brasil.

De acordo com as investigações da Polícia Federal, apresentadas na Operação Lucas 12:2, ele (acompanhado de assessores, entre eles Mauro Cid) levava consigo bens que seriam objeto da tentativa de venda. A saída do então presidente do País também se deu pelas asas da Aeronáutica, como é praxe nos deslocamentos aéreos do presidente da República

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TCU estuda o que fazer com multas que foram aplicadas à Odebrecht

ISABELLA ALONSO PANHO

Audidores do Tribunal de Contas da União (TCU) se reunirão hoje para avaliar os impactos da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, que anulou as provas obtidas por meio de acordo de leniência feito com a Odebrecht, nos desdobramentos da operação Lava Jato.

A avaliação técnica vai sugerir se o TCU deverá ou não rever os processos que resultaram em acordos de leniência com a empreiteira Odebrecht.

Pelo acordo, a empresa se comprometeu a pagar R\$ 8,5 bilhões em multas. Integrantes da Corte ouvidos pelo Estadão evitam antecipar qual será o caminho a ser seguido pelo TCU. O parecer dos auditores precisa passar pela avaliação do plenário da Corte para que os primeiros encaminhamentos sejam feitos. A informação foi antecipada pela colunista Renata Agustini, da CNN, e confirmada pelo Estadão.

ESFERAS. Na decisão anunciada na quarta-feira, o ministro Dias Toffoli criticou a operação Lava Jato e chamou a prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "um dos maiores erros judiciais" da história brasileira.

O magistrado também fez críticas duras à operação Lava Jato e disse que a prisão do petista foi "uma armação fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado".

Em outro ponto dessa mesma decisão, Toffoli determinou a investigação dos agentes públicos responsáveis pelo acordo anulado, "não apenas na seara funcional, como também nas esferas administrativa, cível e criminal".

PRESSÃO. Essa determinação foi direcionada aos seguintes órgãos: Procuradoria-Geral da República, Advocacia-Geral da União, Ministérios das Relações Exteriores e da Justiça, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, **Receita Federal**, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.

A decisão coloca o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) e o ex-deputado federal Deltan Dallagnol

(Podemos- PR) na mira direta das autoridades.

Eles foram, respectivamente, o juiz e o procurador responsáveis pela força-tarefa que levou Lula à prisão.

Como o TCU tem jurisdição específica sobre contas públicas, não há a expectativa de que puna Moro e Dallagnol. Para isso, seria necessária uma determinação judicial específica.

O Ministério da Justiça, pasta de Flávio Dino, e a Advocacia-Geral da União, a cargo de Jorge Messias, já manifestaram que darão andamento à decisão de Toffoli.

APELAÇÃO. A Associação Nacional dos Procuradores da República e a Associação dos Juizes Federais do Brasil vão recorrer da decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou as provas do acordo de leniência da Odebrecht. O agravo deve ser ajuizado no início da próxima semana.

Com isso, a decisão de Toffoli deve cair na pauta da Segunda Turma do STF, composta pelos ministros Kassio Nunes Marques, André Mendonça, Edson Fachin, Gilmar Mendes e Dias Toffoli. Isso porque o despacho foi dado em uma reclamação.

Esse tipo de ação comporta decisão de mérito definitiva, como a assinada por Toffoli.

Nesses casos, não há necessidade de a decisão monocrática ser referendada.

Mas, caso houver agravo, o caso é remetido ao colegiado.

O impacto da decisão do ministro ainda não está claro e deve depender da fundamentação das decisões dos juizes de primeiro grau.

Impactos

Despacho de ministro do Supremo tem repercussão nas áreas administrativa, cível e criminal

COLABOROU PEPITA ORTEGA

Para entender

Os caminhos do despacho de Dias Toffoli

I Lula x Lava Jato

O processo sobre o acordo da construtora se arrasta no STF há três anos, desde agosto de 2020, no que virou uma queda de braço entre Lula e a extinta força-tarefa de Curitiba.

Quem deu entrada na ação foi o então advogado Cristiano Zanin, hoje ministro do STF, indicado em junho por Lula. A mulher do ministro, Valeska Zanin Martins, continua no caso.

I Mensagens hackeadas

A defesa de Lula obteve no processo mensagens hackeadas dos celulares de membros da Lava Jato, investigadas pela operação Spoofing, e usou as conversas para reforçar a versão de que houve negociações paralelas para o acordo de leniência da Odebrecht.

I Compartilhamento

Um dos pontos centrais da decisão de Toffoli é que, mesmo após sucessivas ordens do Supremo Tribunal Federal para a 13.^a Vara Federal Criminal de Curitiba e o Ministério Público Federal compartilharem toda a documentação relacionada ao acordo de leniência com Lula, documentos teriam sido omitidos. Anteriormente, o ministro Ricardo Lewandowski chegou a dizer que houve um "ostensivo" descumprimento de determinações do STF.

I Troca de relator

O caso chegou às mãos do ministro Dias Toffoli depois que ele pediu transferência para a Segunda Turma do STF e assumiu a vaga de Lewandowski no colegiado. Àquela altura, provas do acordo já haviam sido anuladas, mas apenas em relação a Lula.

I Alcance

A decisão não afeta as colaborações que 77 executivos da construtora fecharam na condição de "pessoa física", ou seja, sem adesão ao acordo de leniência. Também não define se há influência sobre a multa que a Odebrecht se comprometeu a pagar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

É cedo para jogar a toalha e mudara meta fiscal de 2024 - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Há flexibilidades no Orçamento da União para serem acionadas caso não se materializem os R\$ 168 bilhões que faltam para zerar o déficit primário. São elas o contingenciamento, reprogramação e receitas extras. O contingenciamento da despesa já foi admitido pelo secretário de Orçamento do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos.

Na busca por déficit zero, o governo não hesitará em contingenciar suas despesas em 2024, caso haja frustração de receitas previstas no orçamento.

"Mais do que querer ou não querer fazer [contingência], havendo frustração de receitas, será uma necessidade contingenciar", disse o secretário de Orçamento, em entrevista à CNN. Bijos lembrou ainda que nada mudou em relação ao que está previsto no artigo 9-da Lei de Responsabilidade fiscal (LRF) que trata do contingenciamento e bloqueio das despesas. Ele qualificou a meta de déficit zero como "desafiadora", mas "crível".

Mesmo a procura por mais receitas não se esgotou. Há opções que estão sendo levantadas, caso sejam necessárias. São elas: fazer uma nova rodada de repatriação de capitais; negociar créditos tributários com a Petrobras; e pagamentos de mais dividendos da estatal para o Tesouro Nacional. São receitas "once for all", mas que ajudam no cumprimento da meta fiscal para o próximo ano.

Do lado da despesa, tem o contingenciamento, mas também tem a reavaliação das despesas, dentro do ano, que pode demonstrar menor necessidade a medida que o ano avança. Foi assim com despesas previdenciárias em um ano em que acabou se gastando cerca de R\$10 bilhões a menos do que era originalmente previsto. Tem também o Bolsa Família, no qual o governo passa um pente fino para retirar pessoas que não são elegíveis.

"Enfim, muita coisa pode acontecer em 2024, no lado das despesas" e das "receitas", disse uma fonte. "Ou seja, temos muitas opções antes de jogar a toalha e mudar a meta. E, quem sabe, nem precisaremos mudar", completou.

O projeto de lei do orçamento para o próximo ano traz

procedimentos inéditos, tal como deixar cerca de R\$ 87,7 bilhões em juros da dívida como gasto condicionado à existência de receita.

Como a regra de ouro do orçamento - que determina que as operações de crédito não podem superar as despesas de capital, ou seja não se pode pagar despesas de custeio com mais dívida - está em desequilíbrio, era preciso eleger despesas "condicionadas". Já houve ano em que foi parte do Bolsa Família, outro ano foi a despesa do plano safrão e, agora, foi um pedaço da conta de juros da dívida.

O pagamento de juros da dívida para o ano que vem soma R\$ 649 bilhões. Uma fração desse valor foi colocada como despesa condicionada.

"Não tem técnica, nem ciência. É uma escolha política, do menor ruído", explicou uma fonte oficial. Mas em janeiro tudo se resolve, pois tem um artigo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que permite pegar receitas de anos anteriores para cobrir despesas condicionadas. Assim, não há o menor risco de haver um calote no pagamento de juros da dívida pública.

Outra questão que está sendo levada em conta é o "empçoamento" de recursos nos ministérios, cuja média histórica tem sido de R\$ 22 bilhões. São recursos liberados porém não gastos por problemas de gestão ou de burocracia.

Fala-se em R\$ 54,7 bilhões de receitas do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, com o restabelecimento do voto de qualidade. Embora haja quem considere essa cifra superestimada, o presidente do **Carf**, Carlos Higino, disse em entrevista ao Valor, que o Conselho tem como meta julgar de R\$ 500 bilhões a R\$ 800 bilhões entre o segundo semestre de 2023 e 2024.

Essa receita é uma das principais apostas do governo para o ano que vem, quando a meta é de zerar o déficit primário. Ele garantiu, entretanto, que o órgão não vai se transformar em instância meramente arrecadatória.

Segundo Higino, os julgamentos do **Carf** produzem receitas de 10%, na média histórica. Assim, para arrecadar os R\$ 54,7 bilhões que o Ministério da Fazenda espera para o próximo ano, o Conselho terá

que julgar R\$ 547 bilhões. "O cálculo é conservador", avaliou o presidente do **Carf**, já que ele está abaixo das suas projeções. Há, atualmente, um estoque de R\$ 1,1 trilhão no órgão recursal do fisco.

Diante da possibilidade de mais receitas e de alguma redução das despesas, realmente parece cefo para o governo jogar a toalha e desistir de zerar o déficit em 2024, estimado em R\$168 bilhões.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

"Esforço de ajuste das contas deve ser conjunto"

Julia Lindner e Caetano Tonet

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), teme o avanço de uma pauta-bomba no Congresso. Randolfe afirma que a postura é incoerente e "vai no sentido contrário ao esforço fiscal". "Todos cobram de nós a promessa de meta zero. Não se faz meta zero com projetos que vão trazer impacto de R\$ 50 bilhões", criticou Randolfe, em entrevista exclusiva ao Valor. "O Parlamento deve ter sensibilidade que o esforço de ajuste das contas públicas deve ser conjunto", reforçou.

Ele cita como exemplo os projetos da desoneração dos municípios, do aumento do limite de faturamento dos MEIs e do Super Simples. O senador diz que a promessa de zerar o déficit foi feita apenas como uma "expectativa" para o mercado. "Mais do que realizar ou não a meta, é importante o mercado ver que os Poderes estão trabalhando juntos", defendeu.

Na semana em que partidos do Centrão confirmaram o ingresso no governo, o senador afirma que não vê risco nas sinalizações de que as legendas não integrarão a base aliada. "A importância da medida de incorporar esses partidos ao governo é que eles se vejam e passem a ser responsabilizados, afirma".

Randolfe cita exemplos como as aprovações da **reforma tributária** e do arcabouço fiscal como sinais de que é possível obter quórum elevado em votações - embora essas pautas tenham sido tratadas por parte do Legislativo como assuntos de Estado, e não de governo.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Qual a perspectiva para as próximas votações do Congresso?

Randolfe Rodrigues: A Câmara está com a ideia de fazer um festival de pautas-bombas. Tivemos a medida da desoneração da folha do **INSS** da parte das prefeituras que é, em primeiro lugar, inconstitucional. A Constituição deixa claro que não cabe à União e não cabe ao Legislativo tratar disso. E, segundo, é uma medida despropositada. Em uma medida que é para desonerar setores da economia se coloca os municípios. O governo vai resolver a questão conjuntural para a queda do FPM [Fundo de

Participação dos Municípios], vai apontar uma outra solução para compensar os municípios. Não me parece muito adequado quando o Parlamento apresenta um conjunto de medidas que vai no sentido contrário ao esforço fiscal. Todos cobram de nós a promessa de meta zero. Mas não se faz meta zero com projetos que vão trazer impacto de R\$ 50 bilhões.

Valor: Quais seriam as outras propostas?

Randolfe: Há ainda a proposta que estão querendo avançar em relação aos MEIs [microempreendedores individuais] e a proposta de alteração do Super Simples. O Parlamento deve ter sensibilidade de compreender que o esforço de ajuste das contas públicas não pode ser só do governo, deve ser conjunto.

Valor: Como fica a relação do Executivo com os presidentes das Casas diante dessa possível agenda negativa?

Randolfe: Acreditamos no compromisso dos presidentes das duas Casas com o esforço fiscal. Por isso que rogamos a eles, à base do governo, que não é compreensível caminharmos em sentidos contrários, com sinais contrários. Eu estou confiante. Nós já aprovamos o voto de qualidade do **Carf**, que todos diziam que era impossível. Tanto o presidente [da Câmara] Arthur Lira (PP-AL), quanto o presidente [do Senado, Rodrigo] Pacheco (PSD-MG) têm dado contribuições. É louvável. Mas, se a essa altura o Parlamento aprovar medidas com impacto de R\$ 50 bilhões, isso representa uma agenda no mínimo incoerente com o esforço fiscal do governo e do Brasil.

Valor: Essa postura e a derrubada de medidas provisórias pela Câmara não representam um gesto de insatisfação?

Randolfe: A insatisfação é mais com rito de MPs e temos que encontrar uma alternativa a isso. Aí não é do presidente Arthur Lira, é uma insatisfação da Câmara. Podemos encontrar alternativas, como alterar a composição das comissões mistas, que hoje é paritária. Isso é razoável, porque a Câmara tem uma representação maior. Qual é a reivindicação do Senado? É ter também a possibilidade de ser Casa iniciadora de MPs. É possível debater um sistema de alternância de medidas provisórias, algumas

começando pela Câmara, outras pelo Senado. Acho que isso é uma crise mais institucional.

Valor: Existe um problema de diálogo entre os presidentes da Câmara e do Senado?

Randolfe: Não. O diálogo tem sido permanente com a Câmara e com o Senado. Obviamente, há sempre de se ajustar, de conversar mais. Foi eleito um presidente da República de um espectro político e um parlamento, sobretudo na Câmara, majoritariamente com outro espectro político. Mas quando a gente concorda no central, o acessório é periférico.

Valor: O presidente Arthur Lira disse que o Congresso deve derrubar o veto ao trecho do arcabouço fiscal que proibia a exclusão de despesas da meta fiscal. Como o senhor vê isso?

Randolfe: É um veto e não altera o arcabouço. O ministro Haddad falou com o Lira na semana passada e está à disposição para esclarecer em relação a isso. Isso depende

"O diálogo tem sido permanente com a Câmara e com o Senado. Obviamente, há sempre de se ajustar"

de uma agenda e de sessão do Congresso Nacional. A apreciação desse veto entra na fila, mas temos outros vetos ainda do governo Bolsonaro para serem apreciados. Não é um tema para agora. Eu não me preocuparia, a essa altura, na apreciação desse veto. Me parece que a manifestação do presidente Lira em relação a esse veto foi a preocupação que ele externou sobre a coerência do ajuste fiscal. Nós estamos de acordo com ele nesse aspecto e vamos esclarecer isso.

Valor Foi um erro prever déficit zero para 2024?

Randolfe: Não. O que vale para o mercado é a chamada expectativa. O governo está trabalhando claramente nesse sentido. Aliás, qualquer déficit abaixo de 1,84% [do PIB] vai ser melhor que o desse ano. E certamente será abaixo. O esforço que o governo faz é o que tem mais impacto para a expectativa do mercado. E tem impacto nas decisões do Copom [Comitê de Política Monetária]. Tendo impacto no Copom, significa que nós vamos ter uma redução sustentável da taxa de juros que é tudo o que queremos. Mais do que realizável ou não a meta, é nós estarmos em coerência.

Valor Como vê a possibilidade de avanço da reforma administrativa?

Randolfe: Não está na agenda do governo. Nós estamos à disposição para debater. No momento, nos

preocupa mais não aprovar medidas que podem resultar em R\$ 50 bilhões de despesas. Não posso dizer que o governo tem posição de veto à reforma administrativa porque é um tema que está sendo proposto agora. Nossas prioridades nos próximos meses são aprovar as medidas de reforço da arrecadação e a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] e o Ploa [Projeto de Lei Orçamentária Anual]. No meio dessa conta foi dito: "Tem a reforma administrativa". Nós queremos saber o que representa a reforma administrativa. Qual o impacto, de onde vai tirar, de quem vai tirar. Não temos essa formulação.

Valor: Por que houve tanta dificuldade para concluir a entrada do PPe do Republicanos no governo?

Randolfe: Todos aqueles que querem vir para a obra da reconstrução nacional são bem-vindos e serão bem recebidos. Os dois partidos manifestaram interesse de vir para o governo, e o presidente da República é o senhor do destino e da organização do melhor momento. É uma conta que tem que ser feita com muita delicadeza. São atores novos que estão vindo para o governo em um governo que já é de frente ampla. É um governo de 15 partidos. Para que venham novos, têm que ser feitas contas e ajustes para não desagradar os que já estão para manter a frente. É um esforço de engenharia política.

Valor: Os presidentes desses partidos insistem que não vão integrar a base aliada. Não é um risco?

Randolfe: Não vejo, porque inclusive esses partidos contribuíram com boa parte das medidas que nós aprovamos. Eles votaram a favor do arcabouço fiscal, da **reforma tributária** e muitos votaram no projeto do voto do **Carf**. Não vamos criar ilusões. Há senadores do Republicanos sobre quem eu não crio nenhuma expectativa de que venham aderir ao governo pelas posições claras que têm de oposição. Mas, a importância da medida de incorporar esses partidos ao governo é que eles se vejam e passem a ser responsabilizados. Nós somos um governo de frente ampla. Não é um governo de esquerda, nem mesmo de centro-esquerda, que historicamente estiveram na oposição a **Temer** e a Bolsonaro. Desde a formação da frente que apoiou o presidente Lula no primeiro turno, nós tivemos a incorporação de partidos que apoiaram o impeachment da presidente Dilma, por exemplo. É isso que caracteriza o nosso governo. É a generosidade de tocar daqui para frente, de reconstruir o país, sabendo que a obra da reconstrução nacional é muito maior do que mágoa antiga.

Valor: É possível também contar com legendas como o PL de Jair Bolsonaro?

Randolfe: Nosso governo tem setores comprometidos

com a democracia. Nesse contexto, nós contamos até com parlamentares do PL. Tem pelo menos 30 parlamentares do PL que já votaram com o governo. Aliás, o PL originalmente não é um partido fascista. O PL se fundou com a denominação de liberal e esteve com o presidente Lula no seu primeiro mandato, indicando o vice-presidente.

Valor: Como deve ficar o tamanho da base com as novas adesões?

Randolfe: O ideal sempre é termos margem constitucional, ou seja, 308 votos na Câmara e 49 no Senado. No Senado, temos um pouco mais que isso. O ideal é consolidar uma base nesse patamar também na Câmara para ter estabilidade de governo. Acredito que vamos conseguir, como já ficou demonstrado com a **reforma tributária**.

Valor: Como vê a tentativa do Congresso de aumentara impositividade das emendas na LDO?

Randolfe: O Parlamento, ao longo dos anos, aprovou uma circunstância nova da questão do orçamento e passou a excepcionalmente gerir e cuidar do Orçamento, entregando a responsabilidade da execução para o Executivo. É disso que se tratam as emendas impositivas. Elas vieram ao longo do tempo avançando no nosso ordenamento constitucional. O que a LDO tem que fazer, e eu acredito que fará, é definir a forma de execução. Isso é do Parlamento e o governo respeitará. Já os limites da impositividade não são matérias para LDO.

Valor: Pode ser uma tentativa de amarrar o governo?

Randolfe: Acho que é do amadurecimento da relação. Nós tínhamos um presidente da República no passado que não gostava de trabalhar, por isso houve um vácuo da política, que foi ocupado pelo Parlamento. O governo tem que restabelecer essa relação institucional, respeitando que o Parlamento aprova sobre emendas parlamentares, mas apontando diretrizes. É isso que diz a Constituição. Os poderes são independentes e harmônicos e, nessa divisão, o Executivo, executa.

Valor: O senhor fez parte da CPI da Covid, como vê a chance de Augusto Aras ser reconduzido na PGR?

Randolfe: A escolha final é do presidente da República. Entenderei muito bem todas as razões que versarão a escolha do presidente da República. A eventual continuidade ou escolha de outro nome será baseada na atuação ao longo do tempo. Tenho certeza que o presidente tomará essa decisão baseado nisso.

Valor: Acredita que as posições de Zanin, que foram criticadas por setores da esquerda e do PT, vão influenciar na próxima escolha de Lula para o STF?

Randolfe: Não existe surpresa nenhuma sobre as posições de Zanin. Eu reforço que este é um governo de frente ampla, que assume o governo do país em um ambiente de destruição institucional. Nós temos que localizar as decisões desse governo dentro dessas circunstâncias. A escolha do Zanin foi pautada nisso. Há muita injustiça e pré-julgamento sobre muitas posições do ministro. Às vezes até os nossos fazem o julgamento da hermenêutica, sendo que o magistrado está lá para isso. Se nós começarmos a fazer julgamento da hermenêutica, vamos incorrer nos erros do bolsonarismo, que queria cassar ministro do STF pelas posições deles.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

Estatal terá centro de distribuição para importados em Natal

Jéssica Sant"Ana e Rafael Bitencourt

De olho no vertiginoso aumento de remessas internacionais que chegam ao país, os Correios vão construir um Centro de Encomendas Internacionais (Ceint) junto ao Aeroporto de Natal, em São Gonçalo do Amarante (RN). Será o quinto centro internacional dos Correios.

Os outros ficam em Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), Guarulhos e Valinhos (SP).

O projeto ainda está em fase inicial, por isso não entrou dentro da carteira do Novo PAC. Mas isso deve acontecer num futuro breve. Segundo o presidente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos, tão logo que a Zurich assuma a concessão do aeroporto, um contrato entre a empresa e os Correios será assinado para selar a construção da obra.

A área já está selecionada. Será um espaço de 20 mil a 30 mil metros quadrados, dentro do terreno do aeroporto, para que as encomendas internacionais que chegam ao país e que tenham como destino algum endereço no Nordeste passem pela triagem, recebam o tratamento necessário e de lá sigam para a casa do destinatário. Atualmente, sem um centro internacional no Nordeste, a encomenda precisa ser processada no Sul ou Sudeste. "Hoje, 30% da nossa carga é no Nordeste. Nossa carga [internacional] já poderia descer no Nordeste e de lá ser distribuída, então a gente ganhará muito em logística e em eficiência", explica Santos.

A ideia é que o Ceint em Natal fique pronto antes de 2026.0 cronograma exato ainda não está pronto, porque precisa ser fechado junto à Zurich. Também ainda não há o valor da obra.

O novo Ceint será fundamental para atender o Remessa Conforme, programa da **Receita Federal** que busca trazer os marketplaces estrangeiros para a conformidade. Os Correios já fecharam contratos com grandes plataformas, como Shein e AliEx-press, para atender as compras feitas dentro do programa.

O Remessa Conforme prevê que compras de até US\$ 50 que sigam as regras do programa cheguem ao país pelo chamado "canal verde", com desembaraço aduaneiro simplificado, sendo entregues mais

rapidamente ao destinatário.

Segundo Santos, a expectativa é que mais empresas venham a aderir ao Remessa, pela vantagem que o programa trará no desembaraço das mercadorias. "Claro que o consumidor quer o [produto] mais barato, mas ele quer também que chegue logo. Quem não adere [ao Remessa], fica um processo mais moroso", relata.

30% da carga dos Correios está no Nordeste

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230906/>

Nos bastidores do comércio exterior

Em setembro de 2001, um grupo de representantes do governo e de exportadores brasileiros estava em Teerã em conversações com o Irã sobre a possibilidade de aumentar o comércio entre os dois países. Na chefia da missão brasileira, dois experientes negociadores, o embaixador José Alfredo Graça Lima e o então secretário da Câmara de Comércio Exterior (Camex) Roberto Giannetti e a Fonseca.

No fatídico dia 11, uma terça-feira, na volta ao hotel onde estavam hospedados, depois de reuniões com os iranianos, o grupo foi surpreendido por manifestações de centenas de pessoas pelas ruas de Teerã, inclusive nas proximidades do hotel. Os brasileiros ficaram ainda mais intrigados com a explicação dada pelo intérprete: "Nós derrubamos aquelas duas torres lá em Nova York!".

As imagens transmitidas pela televisão dos ataques terroristas ao World Trade Center confirmaram a impressão imediata dos brasileiros de que eles estavam no lugar e no momento errados.

Os brasileiros temeram que o Irã fosse bombardeado como parte de uma retaliação americana. Temeram que fossem usados como "escudos humanos" numa possível guerra ao lembrarem um episódio de 1990 quando centenas de operários brasileiros, que trabalhavam em obras no Iraque, foram impedidos temporariamente de sair do país por Saddam Hussein durante a Guerra do Golfo.

Os empresários e diplomatas também estavam impossibilitados de sair de Teerã porque os aeroportos foram fechados e os voos internacionais, cancelados. Nas primeiras horas depois dos ataques, ninguém conseguia falar com o Brasil. Só restava aos brasileiros paciência.

Giannetti já havia passado por experiências parecidas ao ficar incomunicável e impedido de viajar em passagens pela Nigéria, quando ocorreram dois golpes de Estado. Depois de uma semana de tensão e expectativa, os brasileiros foram autorizados a viajar, cada um de uma vez, com o começo da normalização dos voos internacionais.

Nem tudo, obviamente, foi uma "aventura" como esta na vida de Roberto Giannetti e a Fonseca, como ele relata em "Penúltimas memórias", livro em que se dedica a relatar histórias ligadas à sua atuação nas áreas de comércio exterior e de câmbio, em que ele

atuou - e atua - não apenas como gestor. Ele se destacou também levando propostas de políticas públicas para políticos, a maioria do PSDB, partido a que já foi filiado.

A grande maioria dos episódios contados no livro envolvem menos emoção e mais decisões burocráticas, discussões sobre minúcias de regulamentação e situações passadas em gabinetes em Brasília e outras cidades do mundo. Embora envolvam situações sofisticadas do ponto de vista técnico, Roberto Giannetti explica os casos em detalhes e os contextualiza, facilitando a vida do leitor.

O melhor exemplo disso é o capítulo "O cartel de câmbio", em que ele descreve seu papel de "investigador" minucioso do que ocorria no mercado de câmbio no Brasil na primeira década deste século. Foi nesse período que ele ocupou o cargo de diretor de relações internacionais da Fiesp e recebia reclamações de exportadores de perda de competitividade. Pelo seu relato, foi sua iniciativa que resultou na adoção pelo então ministro da Fazenda Guido Mantega de medidas que tentavam corrigir distorções e especulações no mercado de câmbio.

Passadas cinco décadas desde o início da sua carreira, ele considera, como disse ao Valor, que as condições para os exportadores são mais positivas e podem ficar muito melhores a depender da regulamentação da **reforma tributária**, em andamento no Congresso.

A Constituição brasileira prevê que não devem incidir **impostos** sobre as exportações, ao contrário do que ocorre atualmente. Essa situação esdrúxula tende a acabar se, de fato, forem aprovadas a **reforma tributária** e o detalhamento da sua implantação conforme o projeto que está em análise pelos congressistas.

No livro, um capítulo é dedicado à **operação Zelotes** da Polícia Federal, em 2015, em que foram investigadas denúncias de fraude em votações no Conselho de Administração de Recursos Fiscais, muito mais conhecido pela sigla **Carf**, ligado ao Ministério da Fazenda, que julga pendências entre contribuintes e a **Receita Federal**.

Roberto Giannetti foi uma das 16 pessoas denunciadas. Até a conclusão da escrita de "Penúltimas memórias", em dezembro do ano passado, ele não tinha sido julgado e continua nessa

situação, como declarou em entrevista no dia 30 de agosto, embora outras pessoas tenham sido inocentadas. Neste capítulo ("O caso Paranapanema: de herói a vilão"), Roberto Giannetti se defende e critica a atuação da imprensa.

A vida tumultuada de Bourdain

Biografia revela um chef mediano, mas obcecado pelo trabalho. Por Marcus Lopes, para o Valor, de São Paulo

Versões autorizadas de biografias geralmente vendem bem graças ao verniz que os autores costumam aplicar para agradar aos fãs e pessoas próximas das personalidades retratadas. O jornalista americano Charles Leerhsen conta a história por trás da lenda em "Miserável no paraíso - A vida de Anthony Bourdain", que relata a vida tumultuada do chef famoso, autor do best-seller dos anos 2000 "Cozinha confidencial", estrela internacional de programas de TV que, apesar de ter chegado ao topo de uma carreira admirada e invejada por muitos, se matou em 2018, aos 61 anos.

Sozinho, em um quarto de hotel no interior da França, onde tinha ido gravar um programa para a TV, o homem alto e de sorriso triste colocou fim a uma vida recheada de consumo excessivo de drogas, álcool, obsessões no trabalho e na vida pessoal que lhe custaram dois casamentos e tristezas inimagináveis pelo público que o seguia em sua maratona pelo mundo atrás de restaurantes e comidas exóticas.

Da infância em um subúrbio classe média de Nova Jersey ao suicídio, Leerhsen relata a vida sem tempero e muitas vezes amarga de Bourdain, a começar pela infância rebelde e o relacionamento complexo e difícil com os pais, em especial a mãe, com quem nunca se deu bem. Não que o adolescente Bourdain não tivesse os seus motivos para ficar revoltado com o comportamento de seus progenitores, o obscuro imigrante francês Pierre Bourdain e a redatora Gladys Bourdain, que durante muitos anos trabalhou como copidesque no "The New York Times".

Antes de se separar, o casal Bourdain, que não tinha dinheiro para pagar a hipoteca da casa onde viviam, mas que passava férias regulares na Europa (a péssima relação de Bourdain com as finanças pessoais pode ser consequência do que aprendeu em casa), resolveu almoçar com os dois filhos em um restaurante no interior da França. Ao descobrirem, na porta do estabelecimento, que a reserva era apenas para duas pessoas, e não quatro, Gladys e Pierre, resolveram deixar os filhos no estacionamento e entraram para comer.

A partir daquele dia, Anthony prometeu que se vingaria

dos pais e se tornaria "o comedor mais aventureiro que eles já viram, para enojá-los e custar-lhes muito dinheiro no processo". Em outra ocasião, durante um passeio de barco, resolveu ser do contra ao degustar uma ostra, prato que causava ojeriza aos demais membros da família, incluindo o irmão mais novo, Christopher.

O ato de rebeldia juvenil, porém, acabou sendo premonitório. A ostra, registraria o próprio Bourdain anos depois, mudou tudo em sua vida, porque "aquele objeto brilhante vagamente sexual, ainda pingando e quase vivo" trouxe a percepção de que "a comida tinha poder" e de que a vida pode ser repleta de sensações maravilhosas e quase indescritíveis que, para melhor e pior, tinham de ser experimentadas.

Para escrever o livro, Leerhsen coletou dezenas de depoimentos entre amigos, colegas de trabalho, patrões e familiares de Tony, como Bourdain era chamado nos círculos próximos, e cruzou com entrevistas e os pensamentos deixados pelo autor de "Cozinha confidencial". Todos eles descrevem Tony como um sujeito mediano em todos os sentidos profissionais, inclusive no fogão, mas obcecado pelo trabalho de tal forma a colocar em ordem um restaurante decadente de Nova York a ponto de torná-lo um lugar decente para comer. Ou então fazer de suas anotações e observações coletadas ao longo da vida profissional um dos livros mais famosos sobre os bastidores do dia a dia dos restaurantes.

Conforme relata o biógrafo, a formação no Culinary Institute of America e as várias décadas passadas em cozinhas profissionais tornaram o protagonista realista em suas limitações culinárias, a ponto de perder o respeito por alguém que bajulava sua culinária com exagero. "Ele ficava muito mais feliz quando as pessoas o elogiavam pela maneira como montava um programa ou escrevia um roteiro", relatou Ottavia Busia, a segunda esposa, com quem teve uma filha, Ariane.

Obsessão que Bourdain levou para a vida pessoal. Basta conferir os últimos capítulos do livro, dedicados à turbulenta e pantanosa relação entre o astro dos restaurantes exóticos e a atriz italiana Asia Argento, cujo romance ele definiu como "um câncer que tomou conta de todo o seu corpo e não conseguia se livrar".

Poucos dias antes de se suicidar, em uma de suas últimas mensagens para Ottavia, de quem nunca se separou oficialmente e uma de suas poucas confidentes, Bourdain resumiu seu estado de espírito: "Encontro-me na terrível posição de estar perdidamente apaixonado por esta mulher (Asia). É com isso que vivo todos os dias. E eu odeio meus fãs, também. Eu odeio ser famoso. Eu odeio meu trabalho.

Eu estou sozinho e vivo em uma incerteza constante.
E sinto muito".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

Remessa Conforme cria engodo - ECONOMIA

RUBENS FROTA

Desde 1º de agosto está em vigor a regra de imposto zerado para compras abaixo de US\$ 50 feitas em sites internacionais. O Ministério da Fazenda publicou, em 30 de junho deste ano, uma portaria que mudou as regras para remessas internacionais. A isenção será concedida para compras de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250) nas empresas que se cadastrarem no Remessa Conforme. Compras acima deste valor deverão mostrar os **impostos** cobrados já no ato da compra. Antes do programa, os consumidores viviam uma roleta-russa: pagavam imposto apenas se caíssem na fiscalização da alfândega. Agora, consumidores relatam que estão pagando imposto em compras abaixo de US\$ 50 em sites como AliExpress e Shein.

O processo de isenção não é tão simples, nem automática: as empresas precisam pedir para entrar, serem certificadas pelo Governo e readequarem seus sistemas para cobrar o imposto no ato da compra. A adesão é voluntária e só passa a valer depois que a habilitação é publicada no Diário Oficial da União. Além disso, as empresas precisam atualizar as plataformas para cobrar **impostos** de compras acima de US\$ 50. Enquanto isso não acontece, elas também não ganham a isenção prometida pelo Governo, segundo a **Receita Federal**. Até o momento, apenas Sinerlog e AliExpress receberam o certificado. AliExpress é um canal de vendas direto ao consumidor. Já a Sinerlog oferece serviços para empresas como a Amazon, de acordo com o seu site.

Pix x débito

Houve uma adoção mas-siva do Pix no Brasil, diz o BC. O sistema de pagamentos instantâneo ultrapassou, em dois anos, o número de transações registradas nos cartões de débito. O Pix trouxe uma redução de custos para a economia na comparação com a época em que os cartões eram protagonistas enquanto meios de pagamento.

Para o BC, o Pix também conseguiu contribuir fortemente com o desenvolvimento de novas tecnologias e a inclusão da população que estava fora dos meios digitais de pagamento.

Pix x débito II

Diante da popularização do Pix, é crescente a recusa do pagamento em débito - e muitos nem o disponibilizam mais, já que há taxa -, "obrigando", nesse caso, o pagamento via Pix ou em espécie. A conectividade deixou de ser barreira, já que muitos lugares oferecem, inclusive, acesso wi-fi visando essa finalidade de pagamento (claro!) - afinal, nada é de graça. Há postos de combustíveis, por exemplo, que aceitam pagamentos em cartão (só crédito), espécie ou Pix. Débito com dias contados?

Dívidas: Renegociações na Caixa somam R\$ 2,5 bi

A Caixa chegou a R\$ 2,5 bilhões em dívidas de clientes repactuadas através do Desenrola, o programa de renegociação de dívidas do Governo Federal. O número se refere ao período entre 17 de julho, data em que o programa foi lançado, e a última quarta-feira (6). Segundo o banco, foram regularizados 131,2 mil contratos comerciais que estavam em atraso, para cerca de 102,4 mil clientes. A Caixa afirma ainda que mais de 142 mil pagamentos foram realizados à vista, o que representa 91,2% das dívidas.

Desenrola

Ao todo o Desenrola Brasil negociou R\$ 11,7 bi em dívidas em sete semanas, dentro da faixa 2 do programa, diz a Febraban. Nesta faixa, voltada a quem tem renda entre R\$ 2.640 e R\$

20 mil, débitos bancários são negociados diretamente com a instituição financeira em condições especiais e pagamento. A abertura da faixa 1, será liberada no final de setembro, abrangerá renegociação de dívidas de quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.640) ou esteja inscrito no CadÚnico.

Desenrola II

O cadastro na faixa 1 está liberado para pessoas jurídicas de direito privado que tenham realizado negativação de créditos entre o início de 2019 e o fim de 2022, vigentes até 27 de junho deste ano. Será possível receber à vista as dívidas habilitadas na faixa 1 do programa, desde que os débitos desses clientes sejam do período de 2019 até 31 de dezembro de 2022. A faixa 1 permitirá o pagamento parcelado do débito em até 60 meses, com taxa de juros de até

1,99% ao mês.

Hidrogênio verde: Obras no Pecém terão US\$ 90 mi

O Ministério do Planejamento e Orçamento, aprovou na última quarta-feira (6), a preparação de 19 programas e projetos, totalizando cerca de US\$ 2,2

bilhões em financiamentos, dos quais US\$ 90 milhões para obras de infraestrutura no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp). As melhorias a serem realizadas com os recursos são necessárias para o hub de hidrogênio verde. Além do valor do financiamento, o Cipp entrará com uma contrapartida no valor de US\$ 10 milhões.

Mais informações de Rubens Frota: e-mail: frotarubens@gmail.com

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/08-09-2023-edicao24655/>

Fazenda negocia imposto menor para empresas de apostas

RENAN MONTEIRO E VICTORIA ABEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negocia com o relator do projeto de lei das apostas esportivas na Câmara dos Deputados, Adolfo Viana (PSDB-BA), uma taxa menor que 18% para cobrança de **impostos** das empresas. Esse é o número que prevê a medida provisória (MP) de regulamentação do setor. Mas, como antecipou O GLOBO, as bets pedem uma alíquota mais baixa. Em negociação, está um mínimo de 10% e um máximo de 18%. Ou seja, algo entre esses dois valores, que seria cobrado sobre a receita bruta das empresas de apostas.

Haddad se reuniu com o relator do projeto na última segunda-feira, no prédio da Fazenda, em Brasília. O encontro não estava previsto na agenda oficial. Segundo um interlocutor da pasta, Haddad ouviu as ponderações e mostrou disposição para chegar a um "entendimento comum" entre o que o governo deseja e o que o Congresso vai encaminhar.

TAXA DE AUTORIZAÇÃO

Também entrou na pauta a demanda por uma redução no valor total da taxa de autorização para o funcionamento das empresas, que até então estava sendo articulada em R\$ 30 milhões. Representantes do mercado de apostas estão fazendo lobby por um valor menor, mas o martelo ainda não foi batido.

Qualquer diminuição nas previsões iniciais terá impacto na estimativa de arrecadação do governo, mas o Ministério da Fazenda ainda não consegue calcular a perda. Em um mercado totalmente regulado, a Fazenda estava prevendo uma receita entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões por ano.

Mas no projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) enviado ao Congresso a previsão de arrecadação apresentada foi de pouco mais de R\$ 1,6 bilhão em 2024.

A medida provisória definiu que o dinheiro arrecadado com o GGR (Gross Gaming Revenue) seria dividido da seguinte forma: 10% destinados à **seguridade social**; 3% para o Ministério do Esporte; 2,55% ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); 1,63% para os clubes esportivos; 0,82% para a educação básica.

O projeto de lei também vai trazer como a distribuição de arrecadação deverá ser direcionada para cada órgão público.

OUTROS JOGOS

Atualmente, a MP prevê a regularização apenas para apostas esportivas. Mas o projeto de lei deve incluir a regulamentação de outros jogos on-line, que estão abrigados nos mesmos sites. Isso porque boa parte do faturamento das empresas de apostas estão em jogos como cassinos on-line, de acordo com deputados.

Aliados do relator Adolfo Viana afirmam que, se todas as modalidades de apostas não foram incluídas, a formalização desses sites pode não valer a pena.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo?token=1e7a469a6fb032800054>

Problemas na aposentadoria têm solução - SERVIDOR

Gustavo Silva

A deputada estadual Martha Rocha (PDT) protocolou, nesta semana, um projeto de lei (PL) que prevê a contagem do estágio experimental dos servidores do Estado do Rio de Janeiro para a aposentadoria dos funcionários. A presidente da Comissão de **Servidores Públicos** da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) quer solucionar a "encrenca" no funcionalismo. O texto deve entrar na pauta da Alerj na próxima semana. Há alguns meses, a coluna revelou dificuldades na aposentadoria dos servidores. Ao solicitarem o benefício, são comunicados de que não atendem aos requisitos. Cerca de três anos de contribuição, referentes ao tempo em que estavam em estágio probatório e experimental, estão sendo descontados de seus contracheques, mas não foram enviados ao **INSS**.

Rioprevidência tenta regularizar a questão

O Rioprevidência explica que trabalha para regularizar a situação funcional dos servidores. O órgão também ressalta que estágio experimental foi extinto do Estatuto dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro em 2011. Além disso, deputados tentam resolver a questão com o estado.

STF determina benefício especial a policiais

O plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu pela concessão a aposentadoria especial, com integralidade e paridade, a policiais que exercem atividades de risco. O cálculo de aposentadoria será feito independentemente das normas de transição estabelecidas por diferentes reformas previdenciárias.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Veja o que muda com o salário mínimo de R\$ 1.421, previsto no Orçamento

Economia

/
Johnny Negreiros, do R7*

O governo federal enviou ao Congresso a proposta de aumento de 7,7% no valor do salário mínimo em 2024, de R\$ 1.320 para R\$ 1.421. Caso a proposição seja aprovada, ela terá reflexos não só na remuneração dos trabalhadores, mas também em benefícios.

Segundo estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo é a base da remuneração de 60,3 milhões de trabalhadores e beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O estudo mostra que cada real acrescido no salário mínimo provoca impacto estimado em R\$ 322,8 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da **Previdência Social**.

- Compartilhe esta notícia no WhatsApp
- Compartilhe esta notícia no Telegram

Entre eles, estão aposentadorias, pensões e outros que são pagos pelo **INSS**. Ainda, seguro-desemprego, abono salarial PIS/Pasep e BCP (Benefício da Prestação Continuada).

Da mesma forma, a contribuição para o **INSS** passará a ser paga pelo novo valor do mínimo.

O valor do benefício do abono salarial será ajustado automaticamente na data da publicação efetiva do novo salário mínimo.

Os funcionários que recebem remuneração mensal de até dois salários mínimos (seriam R\$ 2.842) têm direito ao abono. Ele pode chegar a um salário mínimo, dependendo do tempo de serviço no ano.

O cálculo do valor do benefício corresponde ao número de meses trabalhados no ano-base multiplicado por 8,3% do valor do salário mínimo vigente na data do pagamento.

Para ter direito ao abono, o trabalhador precisa:

- Estar cadastrado no PIS há pelo menos cinco anos;
- Ter recebido remuneração mensal média de até dois salários mínimos durante o ano-base;
- Ter exercido atividade remunerada para empresa durante pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, no ano-base considerado para apuração;
- Ter seus dados informados pelo empregador corretamente na Rais (Relação Anual de Informações Sociais).

Quem pretende entrar com uma ação nos Juizados Especiais Cíveis também deve ficar atento ao valor da causa.

Os Juizados Especiais Cíveis têm como intuito resolver causas de menor complexidade com maior rapidez. Eles buscam, sempre que possível, o acordo entre as partes.

São consideradas causas cíveis de menor complexidade aquelas cujo valor não excede a 40 salários mínimos (eventuais R\$ 56.840). Nas causas de até 20 salários mínimos (seriam R\$ 28.420), não é obrigatória a assistência de advogado. Nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

No Juizado Especial Federal, o valor é maior, de até 60 salários mínimos, o que corresponderia a R\$ 85.260.

Os idosos com 65 anos ou mais e as pessoas com deficiência que recebem o BPC (Benefício da Prestação Continuada) da Loas (Lei Orgânica da Assistência Social) também passam a receber R\$ 1.421 por mês.

O BPC paga um salário mínimo como forma de amparo a pessoas que não recebem nenhum outro benefício do **INSS** e que não tenham meios de se sustentar sozinhas nem de ser sustentadas pela família.

Para ter direito ao benefício, é preciso ter 65 anos ou deficiência incapacitante para uma vida independente

e para o trabalho. Essa incapacidade é avaliada pelo serviço social e pela perícia médica do **INSS**.

É preciso ainda comprovar ser realmente pobre. A renda familiar deve ser de no máximo um quarto do salário mínimo per capita (com o possível salário mínimo a R\$ 1.421, a renda familiar per capita passaria a ser R\$ 355,25).

Ou seja: uma família de quatro pessoas precisa sobreviver com um salário mínimo para poder receber o benefício.

O valor mínimo dos benefícios pagos pelo **INSS**, como aposentadorias e pensões, seria de R\$ 1.421. Cerca de 70% dos benefícios pagos pelo **INSS** correspondem a um salário mínimo.

As contribuições ao **INSS** também passariam a ser calculadas sobre o novo salário mínimo. As contribuições partem de 5% sobre o valor do piso.

A parcela mínima do seguro-desemprego passaria de R\$ 1.320 para R\$ 1.421. Tem direito ao benefício o colaborador que foi mandado embora sem justa causa. Quem fizer acordo para ser demitido não terá direito ao pagamento.

O PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2024 é o primeiro feito pela gestão petista atual. A medida deve seguir as regras do novo marco fiscal, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por Lula.

Um dos objetivos é o resultado primário zero para o próximo ano, com margem de tolerância de 0,25% para mais ou para menos. Assim, o governo pode encerrar 2024 com déficit primário de 0,25% do **PIB** ou superávit de 0,25%.

Porém, medidas como o aumento do salário mínimo expandem os gastos do governo, que não fala em controle de despesas. Isso dificulta a promessa feita repetidamente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de déficit zero nas contas públicas do ano que vem.

*Sob supervisão de Ana Vinhas

Site: <http://noticias.r7.com/economia/salario-minimo-1421-05092023>

Demorar para investir para a aposentadoria pode custar caro; veja quanto (Papo com Especialista)

Colaboração para o UOL, em São Paulo 08/09/2023 04h00

Quer ter uma aposentadoria tranquila lá na frente, mas nem começou o seu planejamento?

Entenda por que é fundamental começar o seu planejamento de aposentadoria já. "Quanto antes você começar, mais cedo ou mais fácil vai ser acumular o patrimônio, pensando no longo prazo", declara a planejadora financeira Lueny Santos, no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL .

Se você quer ter uma renda de R\$ 5.000 no futuro, precisa começar o mais cedo possível. Se você investir por 35 anos, precisará aplicar cerca de R\$ 1.290 por mês. Já se você pretende investir apenas por 20 anos, o aporte é bem maior, de R\$ 3.200.

Essa matéria é um trecho do primeiro aulão da série "Como se aposentar sem depender do **INSS**". O aulão foi ao ar em 24 de agosto. Veja a live completa aqui . Serão três lives ao vivo, e assinantes podem rever as aulas quantas vezes quiserem.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como chegar a R\$ 1 milhão - ou qualquer outro valor - e investir seu dinheiro de acordo com seu perfil, sonho e prazo. Para saber mais, acesse "Quer ser milionário? Veja como investir e o que não te contam" .

Não espere o momento ideal para começar o seu planejamento da aposentadoria. "Quanto antes você começar, mais cedo ou mais fácil vai ser acumular o patrimônio, pensando no longo prazo", declara Lueny.

Veja a simulação para saber quanto você precisa aplicar para seu futuro:

Começando aos 30 anos:

Começando aos 45 anos:

Começar antes é muito mais vantajoso. A diferença de

15 anos entre as duas simulações já fez o valor a ser investido por mês aumentar de R\$ 1.295 para R\$ 3.200. "Isso mostra que, o quanto antes você começar, menor vai ser o aporte mensal que você precisará fazer. E você terá o juro sobre juro trabalhando a seu favor", diz.

E para ganhar R\$ 15 mil?

É muito importante que o seu planejamento de aposentadoria esteja adequado à sua realidade. Não adianta você querer ter R\$ 15 mil no futuro se você ganha R\$ 5.000 aos 30 anos de idade, porque o seu aporte mensal será de R\$ 3.800. Provavelmente, não vai conseguir guardar tudo isso por mês", diz Lueny.

O que considerar ao fazer o planejamento da aposentadoria:

- 1) Olhar para a sua realidade e entender o quanto você precisa aplicar para receber um valor por mês.
- 2) Olhar para o orçamento mensal e ver a melhor forma de encaixar esse aporte.
- 3) Ir para os investimentos em si, para entender quais poderão compor a sua carteira de longo prazo.

Quer se aposentar cedo, viver de renda e ter uma vida tranquila? Investir pensando na aposentadoria é um sonho comum. Mas o que muitos não sabem é que planos de previdência não são os únicos produtos que podem ajudar com esse objetivo. O UOL terá um aulão, que começou no dia 24 de agosto, sobre o tema "Como se aposentar sem depender do **INSS**". Serão três lives ao vivo, e assinantes podem rever as aulas quantas vezes quiserem.

Na primeira aula, falamos sobre a importância de planejar a aposentadoria e começar a fazer isso já . A segunda aula da série abordou a necessidade de ter ou não a previdência privada no seu planejamento de aposentadoria .

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como chegar a R\$ 1 milhão - ou qualquer outro valor - e investir seu dinheiro de acordo com seu perfil, sonho e prazo. Para saber mais, acesse "Quer ser milionário? Veja como investir e o que não te contam" .

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido?

O UOL tem uma newsletter diária gratuita que o ajuda nesse objetivo. Assine o Por Dentro da Bolsa aqui . Você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos para aprender a investir melhor.

Você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor o seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. UOL Investimentos ainda tem diversos conteúdos diários que te ajudam a lidar melhor com seu dinheiro.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Site: <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2023/09/08/importancia-comecar-cedo-planejamento-aposentadoria.htm>

Esplanada vestida de Brasil

Mayara Souto

O verde e o amarelo coloriram a Esplanada dos Ministérios no desfile de 7 de Setembro, desta vez, sem vínculos ideológicos. Com bandeiras do Brasil e camisetas da Seleção Brasileira, o público mostrou que os tempos de amor e ódio aos símbolos nacionais ficaram para trás. O desfile voltou a ser, de fato, uma homenagem à soberania do país. Muitos apoiadores do presidente Lula fizeram questão de adotar o "look" patriótico, mesmo que combinado com bonés, lenços e adereços em vermelho. Mas a festa não discriminou ninguém: até bolsonaristas - e ex-bolsonaristas, como o general da reserva Santos Cruz, ex-ministro do governo anterior - apareceram para assistir às comemorações da Independência.

"É a cor do Brasil", resumiu o baiano Ismar Queiros, 66 anos, sobre a escolha da roupa para o Dia da Independência - ele vestia uma tradicional camisa da seleção canarinho. Radicado em Brasília há mais de quatro décadas, ele contou que não veio no último desfile por causa do ambiente. "Era um clima muito hostil, as pessoas pareciam com ódio, agora está mais tranquilo, estou me sentindo mais brasileiro", comemorou.

Para Itamar Nunes, 52 anos, que mora a dez anos em Brasília, estar com o escudo brasileiro no peito significa uma reconciliação. "Sou amazonense, na (pandemia de) covid tivemos um grande número de pessoas mortas, minha família foi dizimada. Eu não usava nada que tivesse as cores do Brasil, eu fiquei revoltado. De um tempo para cá, eu já voltei a sentir alegria", desabafou. Vestindo a camisa da seleção e um boné vermelho escrito "Lula", ele se disse feliz em ver muitas famílias e crianças aproveitando a cerimônia. "O Sete de Setembro é um patrimônio brasileiro". Ao seu lado, o amigo Jorge Oliveira Guimarães, 69 anos, que veio de Salvador só para assistir à parada cívico-militar, também usava um boné com uma estrela vermelha.

Por toda a arquibancada lotada, camisetas, toalhas e bandeiras vermelhas misturavam-se às cores do Pavilhão Nacional. "A nossa bandeira a gente resgatou, e viemos prestigiar nosso Sete de Setembro", comentou Francisco de Assis, 34 anos, cearense que mora há dez anos em Brasília. Ele levou a esposa e as duas filhas para assistirem à cerimônia pela primeira vez.

Veterana em desfiles, Imaculada Maria dos Reis, 65

anos, de Brasília, assiste às comemorações da Independência desde que tinha 5 anos de idade. Vestindo uma blusa vermelha da campanha presidencial do ano passado, com o rosto de Lula estampado, ela conta que acha tudo "tão bonito" que não deixou de comparecer nem nos anos do governo de Jair Bolsonaro (PL). Mas, neste ano, ela revelou que veio "com prazer ainda maior" e posou fazendo um "L" para a foto.

A parada militar empolgou também visitantes estrangeiros. Um casal colombiano acompanhou empolgado a passagem das tropas pela Esplanada e os rasantes dos aviões da FAB. Fabio Ospina, 50, e Lina Ospina, 42, são de Letícia, na fronteira da Colômbia com o Brasil. "Somos muito próximos às forças militares porque eu também sou militar, e nós temos vocês como referência na América do Sul", disse Fabio, que é piloto. Sobre a relação dos militares colombianos com a política, Lina foi direta: "No meu país, os militares não são autorizados a participar de política e também não têm direito ao voto".

Protesto solitário

O Correio percorreu toda Esplanada das 7h até às 12h e encontrou só um apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Eu apoio o governo anterior, mas isso não se trata de partido nem do governo atual. Trata-se das vantagens e regalias que esses políticos do Judiciário e a maioria dos funcionários públicos do alto escalão têm", disse Ailton Vanhalen, 56 anos, goiano que mora há 44 anos em Brasília. Usando um boné com o nome de Bolsonaro estampado, ele passava entre as pessoas empunhando um cartaz. Segundo ele, outras pessoas participariam do protesto contra o que considera "altos salários" do serviço público, mas que acabaram desistindo "por medo" de confrontos.

» Mais 7 de Setembro nas páginas 13, 14 e 18

Eu não usava nada que tivesse as cores do Brasil, eu fiquei revoltado. De um tempo para cá, voltei a sentir alegria. O Sete de Setembro é um patrimônio brasileiro" Itamar Nunes, servidor público

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/08/all.pdf>

Governo adia - de novo - programa Voa Brasil - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Lembra do programa Voa Brasil, que consiste em oferecer passagens aéreas a R\$ 200 para **servidores públicos**, estudantes e aposentados?

A ideia foi apresentada em março passado pelo então ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, mas jamais decolou. O projeto voltou à tona recentemente com a promessa de estreiar em agosto, mas nada aconteceu. Agora, as autoridades dizem que será lançado até o final de setembro. Será? O curioso é que a iniciativa sequer anima o setor aéreo. Segundo o Instituto Brasileiro de Aviação (IBA), há o temor de que a medida leve a um efeito colateral indigesto, como o aumento do preço médio das passagens. Algumas companhias aéreas também alegam que não participaram das discussões do projeto, ainda envolto em dúvidas. A ideia do governo é que, na fase inicial, ao menos 50 mil bilhetes sejam oferecidos mensalmente pelo valor promocional. Se a iniciativa vingar, o total de passagens disponíveis poderá ser ampliado.

Viagens corporativas têm melhor resultado desde 2015

No auge da pandemia, quando as reuniões presenciais de trabalho foram substituídas por videoconferências, "especialistas" disseram que o setor de viagens corporativas jamais se recuperaria. Erraram feio. No primeiro semestre de 2023, elas movimentaram R\$ 52,3 bilhões no Brasil, um crescimento de 18% em relação ao mesmo período do ano passado, conforme levantamento da FecomercioSP em parceria com a Alagev, a associação que reúne as empresas do ramo. Foi o melhor resultado desde 2015.

Fundo americano Advent desistiu do país?

A compra da tradicional empresa de varejo de chocolates Copenhagen pela Nestlé do Brasil reforça o crescente desinteresse do fundo de private equity americano Advent pelo mercado brasileiro. Além de vender a Copenhagen para a Nestlé, o Advent encerrou no mês passado a sua participação acionária no Carrefour. Não custa lembrar: a Copenhagen é uma operação lucrativa. Nos últimos dois anos, a empresa lançou um plano agressivo de abertura de lojas, que

será mantido em 2023 e 2024.

Com reforma trabalhista, número de processos caiu

A reforma trabalhista reduziu de maneira expressiva as disputas litigiosas entre funcionários e empresas. De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o número de processos caiu de 2,6 milhões em 2017, quando as novas regras foram estabelecidas, para 1,1 milhão no ano passado. Por esse e outros motivos, o setor produtivo preocupa-se com a pauta retrógrada defendida pelo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Mais de uma vez, Marinho disse que a revisão da reforma trabalhista seria bem-vinda.

"Não é um governo arrogante que escolhe prioridades.

É um governo irresponsável que deixa de escolher" Tony Blair, ex-primeiro-ministro do Reino Unido

28% dos produtores rurais brasileiros estão inadimplentes, segundo pesquisa da Serasa Experian. O índice é inferior à média geral da população, que está em 44%

RAPIDINHAS

» A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) vai reunir em Campinas (SP), em 18 e 19 setembro, 1,2 mil empresários do varejo alimentar para debater a reforma administrativa. "É um dos temas que interessa ao setor, pois essa pauta pode contribuir com a redução do IVA em discussão no Congresso", diz João Galassi, presidente da entidade.

» As exportações brasileiras de milho deverão quebrar recordes em setembro. Segundo projeção da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), as vendas ao exterior deverão totalizar 9,6 milhões de toneladas no mês, o que representará um acréscimo de 37% em relação ao mesmo período do ano passado.

» O mercado brasileiro de produtos para pets é um dos maiores do mundo, respondendo por 5% do faturamento global do setor, atrás apenas de Estados Unidos e China. Atualmente, mais da metade (56%) dos domicílios têm, pelo menos, um cão ou gato. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação.

» Lançado em 17 de julho, o programa federal de renegociação de dívidas Desenrola já movimentou um volume financeiro de R\$ 11,7 bilhões, segundo balanço feito pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O número de pessoas que tiveram seus nomes retirados da lista de "negativados" é de surpreendentes 6 milhões.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/08/all.pdf>

O assédio sexual e a estabilidade no serviço público (Artigo)

»»**BRUNO FEROLA** Sócio da **P&B Compliance** »»**MARIA MOURA** Especialista em compliance da **P&B Compliance**

Quem ingressa no serviço público, em geral, busca uma carreira que oferece estabilidade e segurança para o desenvolvimento de suas competências, aliado a uma remuneração compatível com a média do mercado. Essa estabilidade, normalmente, só pode ser ameaçada em casos de falta gravíssima. Contudo, algumas condutas impróprias nem sempre recebiam a devida punição, mas um recente parecer da Procuradoria Geral Federal trouxe mais clareza para a aplicação das punições diante da prática de assédio sexual em 165 autarquias e fundações públicas.

O Estatuto dos **Servidores Públicos** Federais (Lei nº 8.112/90) estabelece, em seu art.

127, as penalidades disciplinares previstas à classe, dentre as quais se encontra a mais grave delas, a demissão. O rol do art. 132 elenca, de maneira taxativa, as condutas inaceitáveis aos olhos do legislador. Dentre elas consta, no inciso V, "incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição".

Foi a partir desta previsão, em conjunto com outros artigos do Estatuto, que a Procuradoria Geral Federal (PGF) emitiu o Parecer nº 00001/2023/PG-ASSEDIO/SUBCONSU/PGF/ AGU, o qual fixa e uniformiza o entendimento de 165 autarquias e fundações públicas, determinando a prática de assédio sexual como transgressão disciplinar de natureza gravíssima.

Até então, em Processos Administrativos Disciplinares (PAD), se verificavam decisões cuja fundamentação se respaldava na violação aos deveres do servidor e, em outros momentos, na violação às proibições aos agentes públicos. Nesta, a penalidade é a demissão e, naquela, uma penalidade mais branda, o que ensejava evidente insegurança jurídica nos julgamentos do órgão.

As práticas de compliance no Brasil emergiram em crescente brilhante desde a promulgação da Lei Anticorrupção nº 12.846/13. No entanto, ficou claro nos estudos que comemoram a primeira década da norma, que este movimento se ateu apenas à esfera

privada, tendo tímidos passos no ambiente público.

Ocorre que, o que observamos agora é uma guinada de medidas de conformidade no setor público, incluindo padrões ESG (Environmental, Social and Governance). A emissão do parecer acima mencionado é um exemplo dessa mudança, demonstrando o claro interesse dos órgãos públicos de adequação às práticas de mercado que, há décadas, são seguidas pelas empresas ao redor do globo.

Além do referido parecer, também foi divulgada uma cartilha sobre a Lei nº. 14.540, de 3 de abril de 2023, norma que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da Administração Pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

Registre-se, ainda, que as ações previstas pela PGF refletem uma continuidade do projeto, visto que foram agendadas capacitações para seus membros, estudos analíticos das sindicâncias e procedimentos administrativos instaurados, bem como o lançamento de um e-book voltado a esclarecer o assédio sexual, além de outros produtos relacionados ao tema.

Serão implementados procedimentos e protocolos para monitoramento e avaliação das medidas, exigindo um time de especialistas para dar seguimento às tratativas. Oportuno dizer, portanto, que outros órgãos públicos seguirão o comportamento da PGF e precisarão contar com profissionais que atuam no segmento com experiência e qualidade.

Diante desse cenário, fica evidente a evolução no tema sobre o combate ao assédio sexual nas instituições, sendo recomendado que tanto na elaboração, quanto na execução dos planos de conscientização e na apuração das eventuais denúncias, estejam presentes profissionais especialistas no tema.

Assim, será transmitida a mensagem correta e solucionadas as ocorrências da melhor maneira possível, não somente do ponto de vista disciplinar, mas de melhoria contínua de processos e controles.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/08/all.pdf>

Procuradores devem recorrer de anulação

A Associação Nacional dos Procuradores da República (AN-PR) anunciou, em nota, que vai recorrer da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, que anulou as provas do acordo de leniência da Odebrecht. Dias Toffoli classificou a prisão de Lula de "maior erro judiciário" da história do país. A associação dos procuradores contesta o ministro do STF e diz que as provas foram coletadas legalmente.

A decisão monocrática de Toffoli no caso é definitiva, a não ser que alguém apresente recurso à Segunda Turma do STF. A princípio, cabe à Procuradoria Geral da República (PGR) recorrer, na figura de Augusto Aras, o que é improvável, já que ele tem posição crítica em relação aos trabalhos da Operação Lava-Jato e articulou para desmontá-la em Curitiba.

Para os procuradores, a decisão de Toffoli pode desencadear o efeito dominó e derrubar condenações decididas a partir do acordo de leniência da Odebrecht. Daí o risco de os condenados requisitarem a devolução de cerca de R\$ 3 bilhões, pagos por eles a partir da confissão de que praticaram crime de corrupção.

"Não é razoável, a partir de afirmação de vícios processuais decorrentes da suspeição do juízo ou da sua incompetência, pretender-se imputar a agentes públicos, sem qualquer elemento mínimo, a prática do crime de tortura ou mesmo a intenção deliberada de causar prejuízo ao Estado brasileiro", diz o texto da associação.

A ANPR afirma ainda que a AGU e o Tribunal de Contas da União (TCU) não têm atribuição para investigar membros do Ministério Público e do Judiciário no exercício de suas atividades.

"Tal proceder não é adequado no estado democrático de direito, justamente para afastar qualquer tentativa de fazer cessar a atuação de órgãos cujas atribuições estão previstas na Constituição Federal", defende a associação. O acordo de leniência é uma delação premiada para empresas. O da Odebrecht foi fechado em dezembro de 2016.

Como parte do acordo, a construtora abriu ao Ministério Público Federal planilhas da contabilidade paralela, com registros de propinas a dezenas de políticos e funcionários públicos, registradas nos sistemas Drousys e My Web Day B. A empresa também se comprometeu a desembolsar R\$ 6,8

bilhões para ressarcir os cofres públicos.

PROCESSO O Supremo já vinha declarando as provas dos sistemas da Odebrecht como imprestáveis em pedidos individuais feitos pelas defesas. Inicialmente pelo ministro Ricardo Lewandowski, que se aposentou em abril, em procedimentos que foram herdados por Dias Toffoli. A pedido da defesa de Lula, à época comandada por Cristiano Zanin, Lewandowski interrompeu em 2021 processos contra o petista sob o argumento de que a higidez das provas oriundas desses sistemas estava corrompida, sobretudo porque os arquivos foram transportados de forma inadequada.

Em mensagens trocadas sobre o tema, que foram acessadas por hackers e mais tarde obtidas na Operação Spoofing, procuradores disseram que os arquivos foram manuseados em sacolas de supermercado, sem cuidados com a sua preservação. Depois de Lula, réus de diversas correntes políticas em casos ligados à Odebrecht foram beneficiados no STF por esse entendimento. Dias Toffoli, agora, estendeu esse entendimento para as demais provas oriundas do acordo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/09/2023/p1>

PF aceita acordo de delação com coronel Mauro Cid

Isadora Peron, Rafael Bitencourt e Estevão Taiar

A Polícia Federal (PF) aceitou fechar acordo de delação premiada com o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A informação foi inicialmente publicada pelo portal g1.

Na quarta-feira (6), o militar foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) formalizar que estava disposto a colaborar com as investigações. Ele se reuniu com o juiz Marco Antonio Martin Vargas, que atua no gabinete do ministro Alexandre de Moraes.

Após a PF concluir a sua parte, o próximo passo será encaminhar o material para o Ministério Público Federal (MPF), que deverá se manifestar sobre as condições para o acordo a ser firmado. Depois, a delação ainda precisará ser homologada (confirmada) pelo Supremo.

Desde que seu pai, o general da reserva Mauro Cesar Lourena Cid, foi alvo de uma operação da PF que apura o caso das joias, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro tem demonstrado disposição em colaborar com as investigações.

Nas últimas semanas, ele esteve pelo menos três vezes na sede da PF para prestar depoimento. No dia 31 de agosto, enquanto o ex-presidente e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro decidiram permanecer em silêncio diante dos delegados, Mauro Cid falou por mais de dez horas.

O tenente-coronel é considerado peça-chave da investigação que apura a venda e a recompra de presentes oficiais recebidos por Bolsonaro durante o seu mandato. Uma operação deflagrada em 11 de agosto detalhou como joias e outros objetos foram vendidos nos Estados Unidos, onde o pai de Mauro Cid morava e para onde Bolsonaro foi após ser derrotado nas eleições.

O militar também é alvo de outras investigações, sobre as quais pode colaborar, como as intenções golpistas de Bolsonaro, que se recusou a aceitar a vitória do petista Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de outubro. Mauro Cid chegou a ser citado pelo hacker Walter Delgatti, que afirmou ter discutido com Bolsonaro maneiras para tumultuar o processo

eleitoral, como forjar a invasão das urnas eletrônicas.

O tenente-coronel também é suspeito de fraudar cartões de vacina contra a covid-19. Foi no âmbito dessa investigação que ele foi preso, em maio.

Procurada, a defesa de Mauro Cid não se pronunciou. Desde que assumiu o caso, no mês passado, o advogado Cezar Bitencourt deu declarações desencontradas, inclusive afirmando que seu cliente não assinaria um acordo de delação.

"Não tem nem por quê. Possibilidade zero. Vou fazer a defesa do Cid, não tem por que delatar ninguém. Eu sou contra isso", disse em uma declaração à imprensa no mês passado.

O próprio advogado esteve com Moraes, em 24 de agosto, mas, segundo interlocutores do ministro, o encontro foi rápido e protocolar, durante o intervalo da sessão plenária do STF.

Questionado sobre o assunto, o assessor e um dos advogados de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, disse ao Valor que "não há o que delatar".

Nessa quinta-feira, o ministro da Defesa, José Múcio, comentou o assunto durante entrevista à GloboNews. Pela manhã, ele participou do desfile do 7 de Setembro, ao lado de Lula.

O ministro afirmou que, como porta-voz das FORÇAS ARMADAS, tinha "pressa" em superar o desgaste gerado à corporação com o caso e com a invasão das sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro, em Brasília.

Durante a entrevista, Múcio foi perguntado sobre o acordo de delação premiada fechado com a Polícia Federal por Mauro Cid e também sobre a possibilidade de envolvimento de outros militares no caso.

"Nós, das FORÇAS ARMADAS, temos o maior interesse que isso tenha pressa [em ser resolvido], porque faz quase nove meses que nós estamos postos em suspeição. Então, eu acho e acredito que tudo isso está perto de chegar ao fim", afirmou.

O ministro da Defesa disse que soube pela imprensa da possibilidade do acordo de delação premiada,

quando "começou a circular que ele [Mauro Cid] tinha ido lá conversar com o O2 da investigação" na PF.

Ele reforçou sua posição dizendo que é preciso "virar essa página" e "olhar para frente". Também se queixou de que, "todos os dias" fala-se sobre os desdobramentos do que ocorreu no dia 8 de janeiro.

"Eu gostaria de conversar sobre o futuro do Brasil, [sobre] as FORÇAS ARMADAS cooperando com o governo, exercendo seu papel, contribuindo como **servidores públicos** que são para que nós possamos construir o Brasil que nós precisamos", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

Estudo aponta causas para fraco desempenho da AL

Marsílea Gombata

De 1950 a 1980, o **PIB** per capita do Brasil cresceu em relação ao dos Estados Unidos. Desde a década de 1980, contudo, o país retrocedeu e hoje o rendimento per capita representa apenas 20% dos níveis dos EUA. Parte disso deve-se à "década perdida" de 1980, mas também ao crescimento negativo da renda per capita das décadas de 1980 e 2010. O cenário de estagnação é traçado pelo relatório *Why does Latin America underperform?* (Por que a América Latina tem um desempenho baixo?), do think tank G30, que mostra que o Brasil não é exceção.

Seus vizinhos latino-americanos também sofrem de um longo período de fraco crescimento. As causas são diversas e interligadas. Vão desde um cenário macroeconômico desequilibrado, passando por falta de investimento em infraestrutura e saúde, fraca produtividade, baixa poupança interna e um "déficit" de governança - elemento comum a todos os países da região -, agravado por crescente incerteza política e deterioração do ambiente de investimento.

"A América Latina pode estar presa em um equilíbrio pouco saudável, onde a falta de confiança prejudica o desempenho das instituições governamentais e o mau desempenho, por sua vez, explica a baixa confiança", afirma o relatório do grupo.

O primeiro ingrediente para quebrar isso é um equilíbrio da macroeconomia, afirma o economista Arminio Fraga, presidente do G30 ao lado Guillermo Ortiz, ex-diretor do Banco Central do México.

"A questão macro é condição necessária, mas não suficiente. Estamos falando de estabilidade macroeconômica para que os horizontes se alonguem. Isso é necessário, mas a experiência da América Latina sugere que não é suficiente", diz. "Depois vem uma enorme decepção com a produtividade. Tudo o que tem a ver com ganhos de produtividade, que é a mola mestra do longo prazo, ficou faltando. A região tampouco é conhecida por sua taxa de poupança. E, além disso, tem muitos problemas de governança, o que é o principal."

O estudo atribui o "desempenho desanimador" da produtividade a duas fontes de má alocação de recursos. A primeira é a má alocação dentro e entre

empresas de um setor específico. A segunda é a má alocação entre setores.

"Países com cestas de exportação mais diversificadas podem sustentar um crescimento mais rápido através da realocação de recursos para setores de maior retorno", diz o texto. "Evidências mostram que os países latino-americanos têm uma estrutura de exportação menos diversificada do que os seus pares, o que pode reduzir suas taxas de crescimento."

Arminio, que foi presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso e é sócio fundador da Gávea Investimentos, cita ainda progressos insuficientes na redução da desigualdade e em educação. Ele observa que os países da região têm dificuldade em aprender com experiências passadas exitosas e hoje estão atrasados.

"Quando se compara a região com o que seria um grupo de países que há 60 anos tinham um padrão parecido com o nosso, fica muito claro que a região vem ficando para trás", afirma Arminio sobre o grupo formado por países como Turquia e África do Sul.

O economista argumenta que a falta de governança se deve a limites dos próprios sistemas políticos desses países. "São questões ligadas ao desenho do sistema político, um sistema onde se tem presidencialismo, com um número muito grande de partidos, com regras eleitorais pouco apropriadas para se fazer decisões de longo prazo, bem ancoradas em uma visão que seja favorável para investimento", afirma. "Com 25 partidos fica difícil se organizar para tomar decisões que vão dar um resultado a médio prazo e longo prazo, e isso faz muita falta não só no Brasil, mas em toda a região."

O relatório destaca que os problemas se agravaram com os choques globais recentes, como a co-vid-19, mas afirma que o mal-estar da América Latina não é novo.

"A tendência de crescimento tem sido fraca há muito tempo e parece ter enfraquecido ainda mais com a pandemia", diz o texto ao ressaltar que acumulação de capital e certas melhorias de produtividade nos últimos 30 anos mal contribuíram para o crescimento.

O documento lembra que, em contraposição à

América Latina, países de tamanho semelhantes cresceram mais que o dobro do Brasil desde os anos 1970. "Os anos de escolaridade mostram ganhos importantes em ambos os grupos, mas os pares apresentam níveis mais elevados de investimento e um crescimento mais rápido da produtividade", diz o texto.

O grupo de trabalho avalia que, embora os países latino-americanos compartilhem desafios, tratam-se de casos muito diferentes, refletidos em quatro síndromes distintas de baixo crescimento.

A primeira diz respeito a países com instabilidade macro endêmica, como Argentina, Equador e Venezuela. Esses países sofrem com episódios de hiperinflação, crescimento volátil e problemas de sustentabilidade da dívida.

A segunda síndrome inclui Chile, Colômbia, Peru e Uruguai. "Apesar de terem alcançado a estabilidade macroeconômica, registraram ao longo do tempo um declínio no crescimento", diz o texto. "As falhas do mercado e do governo, bem como a escassez de projetos de investimento privado de elevado retorno, contribuíram plausivelmente para o acentuado abrandamento do crescimento experimentado por esses países."

A terceira síndrome se refere ao México, que viveu um "paradoxo de crescimento": o país teve mais de duas décadas de estabilidade macroeconômica, desenvolveu um setor industrial sofisticado, mas viu seu crescimento estagnar.

A quarta síndrome diz respeito ao Brasil, que teve um forte crescimento antes da década de 1980, mas, desde então, tem apresentado um "desempenho medíocre".

"Os déficits orçamentais endêmicos, as elevadas taxas de juro reais e as baixas poupanças nacionais constituem grandes restrições ao crescimento sustentado", observa o think tank.

Desigualdade, populismo e polarização, ressalta, dificultam os ajustes fiscais necessários.

"O Brasil vinha crescendo a um certo ritmo, mas houve imensa desaceleração mais recentemente. O **PIB** per capita do Brasil como proporção do per capita americano de 1980 a 2019 caiu 30%, quando deveria ter subido, no mínimo, 30%. Deveria ter sido, mas não subiu. E vamos repetir isso? Esse, para mim, é o drama da nossa história", diz Arminio.

No curto prazo, ele prevê, o Brasil dificilmente terá uma retomada sustentável, em parte porque há "certa

obsessão com ideias comprovadamente erradas", afirma Arminio. "Fora a **reforma tributária** e parte do arcabouço, a independência do Banco Central foi atacada, assim como o marco do saneamento e a maneira como estatais são administradas. Falou-se em desfazer pedaços da reforma da Previdência, em revisar leis trabalhistas", conclui.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

Cabe ao governo mediar embate entre Ásia e marcas ocidentais

Marli Olmos

O governo terá de arbitrar uma briga, cada vez mais acirrada, entre a indústria automobilística instalada no país há décadas, e dominada por empresas ocidentais, e as marcas chinesas, sobretudo as recém-chegadas, que vêm com força para disputar o mercado brasileiro. Satisfazer os dois lados não é tarefa fácil.

A aproximação do governo com a indústria automobilística chinesa ganhou força em abril, quando, durante viagem à China, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encontrou-se com Wang Chuanfu, fundador da BYD.

As negociações para a BYD investir no país envolvem, ainda, o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT). Para facilitar a vinda do grupo chinês, o governo baiano reassumiu a área da fábrica que pertencia à Ford.

Não só PT tem interesse na aproximação com as chinesas. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) não mede esforços para agradar à Great Wall (GWM), com planos de iniciar produção na antiga fábrica da Mercedes-Benz em Iracemápolis (SP) em 2024.

No governo federal, o movimento para ter BYD no país conta, ainda, com o entusiasmo do ministro da Casa Civil, Rui Costa, antecessor de Rodrigues no governo da Bahia.

Agradar às chinesas significa, porém, desagradar a montadoras veteranas. Questões tributárias já colocam as que produzem há décadas de um lado e as recém-chegadas de outro.

A principal envolve o Imposto de Importação para veículos eletrificados. Desde 2015, modelos totalmente elétricos são isentos do tributo. Nos híbridos, as alíquotas variam de 4% a 1%. Chineses são fortes em elétricos.

Na quarta-feira, 6, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotors (Anfavea), Márcio de Lima Leite, queixou-se do que chamou de "invasão" chinesa.

Além do Executivo, o Congresso também terá que tomar decisões que envolvem interesses divergentes no setor automotivo, incluindo as chinesas. No âmbito da **reforma tributária**, caberá ao Senado aceitar a proposta de prorrogação de incentivos fiscais no Nordeste e no Centro-Oeste, que terminam no fim de 2025, uma bandeira cias bancadas dessas regiões.

Em geral, os governantes brasileiros sempre foram generosos com as montadoras. Nunca tiveram, porém, que lidar com os atritos que agora marcam esse setor.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

"Potencial de fluxo estrangeiro ainda não chegou ao país"

Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzza De São Paulo

O investidor estrangeiro aumentou a atenção em relação ao Brasil, mas o potencial de fluxo de recursos ainda não se direcionou para cá, avalia o presidente do Morgan Stanley no país, Alessandro Zema. Com visibilidade de entrada do dinheiro externo por meio da corretora da instituição americana no banco local, parte desse capital já tem entrado por meio das oferta subsequentes de ações e o fluxo poderá ser ainda maior, se mantida a agenda positiva.

Zema vê um maior fluxo vindo não somente de mercados tradicionais. Nesse aspecto, além dos investidores mais acostumados com Brasil, como americanos e europeus, há no momento uma renovação de nomes, com capital do Oriente Médio e chinês, que já vem investindo nos últimos anos, mas que agora tem ampliado o escopo de interesse.

"Há nomes novos de investidores estrangeiros, de bolsos distantes do Brasil, que também estão direcionando os olhares ao mercado brasileiro. O investimento chinês, por exemplo, que antes estava concentrado nos setores elétrico e de recursos naturais, está expandindo a outros setores. Agora, com o mercado praticamente chegando a um consenso de que a alta de juros nos Estados Unidos está chegando ao fim, o fluxo de capital deverá começar a girar, movimento que o Brasil tem potencial de capturar", afirma.

Para o executivo do Morgan Stanley, o Brasil precisa seguir pavimentando o caminho para receber esse fluxo de fora. "Não podemos nos desviar da agenda positiva e temos de lidar com um problema crônico de baixa produtividade no Brasil, algo que só se resolve com investimentos em educação, infraestrutura e reduzindo a burocracia e o risco Brasil", ressalta Zema. O executivo aponta que nos momentos em que o governo se concentra nessa agenda, que inclui o arcabouço fiscal, a **reforma tributária**, além do marco de regulamentação do crédito de carbono, o mercado tem reação positiva. Essa combinação, inclusive levou ao "upgrade" do Brasil por agências de classificação de risco, aponta.

De outra perspectiva, a própria aprovação do governo sobe. Um mercado que ainda carece de regulação,

segundo o executivo do Morgan Stanley, é o de hidrogênio verde. E aponta que, por isso, o Brasil, apesar de sua matriz de energia ser limpa, tem perdido investimentos na área para países como o México. "A gente deveria estar se aproveitando disso. E sem o marco não vamos atrair esses investimentos", afirma. A continuidade da agenda positiva, segundo o executivo, também envolve a esperada reforma administrativa.

Agora, com o retorno das férias do Hemisfério Norte, Zema prevê um setembro forte para o mercado de capitais, tanto em renda fixa quanto para renda variável. Olhando para o "pipeline", diz que as empresas brasileiras, emissoras frequentes no mercado ex-temo, devem se aproveitar para emitir "bonds", como são chamados os título de dívida externa. O executivo lembra que os spreads no mercado externo diminuíram e que os prazos e volumes de captação estão maiores, combinação que irá atrair as companhias.

O executivo diz que o mês de agosto, que registrou uma série recorde de quedas consecutivas do Ibovespa e que anotou um alto volume de retirada de capital de estrangeiros da bolsa, refletiu o contexto externo, com preocupação do mercado sobre a alta das bolsas puxada pelas empresas de inteligência artificial e ainda pela cautela em relação ao crescimento da China.

Agora, passado esse momento, o mercado dos Estados Unidos, que tem registrado um ambiente morno para ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) nos últimos dois anos, testará o apetite do mercado com o lançamentos de ofertas bilionárias, o que "poderá ser uma proxy" do que irá acontecer no mercado brasileiro, em seca de estreias desde 2021. Zema aponta que por aqui os "follow-ons" seguirão dando o tom mercado, mas que no próximo ano os IPOs voltarão à cena. "Estou muito otimista para 2024", afirma.

Com o entorno macroeconômico melhor comparado ao início do ano, os recursos de gringos virão por meio de aquisições. Nesse aspecto, operações de fusões e aquisições (M As, na sigla em inglês) também começam a ganhar corpo. O setor elétrico e de infraestrutura seguem firmes.

"A gente vê um movimento de consolidação setorial acontecendo em diversas áreas, com muitas empresas querendo ganhar escala não só em agricultura, tecnologia, como também renováveis e varejo", diz Zema.

"Temos de lidar com um problema crônico de baixa produtividade no Brasil" Alessandro Zema

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187655>

Padilha faz balanço de troca ministerial para ampliar base do governo

Agência Brasil

O ministro das Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, ao chegar à cerimônia do desfile cívico-militar de 7 de Setembro, nesta quinta-feira (7), comentou as trocas de ministros anunciada na noite anterior, que podem ampliar a base de apoio ao governo Congresso Nacional.

De acordo com o ministro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concluiu o diálogo que vinha sendo feito desde o mês de julho e que agora haverá reforço ao time do governo, com a incorporação dos partidos políticos Republicanos e Progressistas (PP) na equipe ministerial.

"Os líderes das duas bancadas federais, do Republicanos e do Progressistas, já vinham ajudando o governo no primeiro semestre na aprovação da **reforma tributária**, do marco fiscal, da recriação de todos os programas sociais, de criar um ambiente democrático e ter rechaçado os atos golpistas do dia 8 de janeiro, o que nos permite que, nesse dia histórico, 7 de Setembro, a gente tenha um momento de afirmação da democracia e da união do país." ANA MOSER O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, agradeceu a participação da ministra do Esporte, Ana Moser, que será substituída pelo deputado federal André Fufuca (PP-MA), após o presidente Lula retornar da reunião do G20, na Índia.

Padilha agradeceu pelos trabalhos que a ex-atleta do voleibol, Ana Moser, vinha fazendo até então, à frente da pasta, e acredita que Moser continuará colaborando com o esporte.

"O presidente Lula considera e acredita que a ministra Ana Moser vai continuar colaborando com o esporte brasileiro, com as políticas públicas federais. Ela tem apreço muito grande na relação do esporte com a educação." Padilha ressaltou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumprirá todos os compromissos firmados durante a campanha eleitoral, em 2022, e no início do governo, na área do esporte, sob novo comando da pasta. E fez uma comparação esportiva.

"Podemos estar tendo uma mudança dos jogadores que estão em quadra, mas não mudam a estratégia, o plano tático e os objetivos do time.", compara o ministro de Relações Institucionais da PR, Alexandre

Padilha.

TROCAS Padilha comentou ainda a mudança no Ministério de Portos e Aeroportos, de onde sai o ministro Márcio França e assume o parlamentar Sílvio Costa Filho.

"O ministro Sílvio Costa Filho assume e reafirma o compromisso com as políticas de portos e aeroportos que vêm sendo feitas, com a expansão da nossa aviação regional, de estruturar aeroportos regionais no país, compromisso da expansão da área de portos." Padilha destacou que o ministério tem papel estratégico no país, pois vem batendo recordes de exportação neste momento.

Sobre a criação do 38º ministério, Padilha resalta que o ministro Márcio França aceitou o desafio de lidar com o tema das micro, médias e pequenas empresas, com o tema do empreendedorismo, como deseja o presidente Lula.

As nomeações e as cerimônias de transmissão de cargos dos novos ocupantes anunciados serão realizadas após o retorno do presidente Lula e comitiva da viagem à Índia.

Site: https://impresso.monitormercantil.com.br/wp-content/uploads/2023/09/MM-07_08_09_2023.pdf

Nestlé fecha a compra a Kopenhagen e aposta na expansão da rede de lojas

ALTAMIRO SILVA JÚNIOR

A Nestlé anunciou ontem a compra do Grupo CRM, dono das marcas de chocolate Kopenhagen e Brasil Cacau e da rede de cafeterias Kop Koffe. O valor da aquisição, que foi fechada na noite da quarta-feira, não foi divulgado, mas pessoas próximas às negociações dizem que envolveu algo em torno de R\$ 4,5 bilhões.

A aquisição agora terá de ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Segundo a Nestlé - que esperou mais de 20 anos pela aprovação da compra da Garoto, em 2002 (mais informações nesta página) - a expectativa agora é de que a conclusão do negócio ocorra já em 2024.

Renata Vichi, presidente da CRM, continuará no comando da empresa. Ela tem uma história de 25 anos no grupo, onde era sócia de seu pai, Celso Ricardo de Moraes. Em 2020, ele vendeu sua participação na CRM para o fundo americano Advent International, mas Renata seguiu à frente das operações da empresa, função que vai continuar exercendo.

EXPANSÃO. Pelos termos do negócio fechado na noite de quarta-feira, o fundo Advent vendeu 100% de sua participação na CRM para a Nestlé, mas a executiva segue como sócia, com fatia não revelada, ao lado dos suíços na CRM. Segundo Renata, que vai continuar como a presidente da unidade de negócios, o objetivo é prosseguir com os planos de expansão do grupo e triplicar a rede por meio de franquias para 3 mil unidades até 2026.

Essa meta de expansão havia sido definida antes da aquisição, mas foi avalizada pela Nestlé.

Desde a entrada da Advent na CRM, a Kopenhagen dobrou de tamanho, em número de lojas, faturamento e Ebitda (lucro antes dos **impostos**, juros e amortizações).

"Quando a Advent chegou, o plano era dobrar de tamanho em cinco anos, mas fizemos isso em três anos", disse a executiva.

"Agora, iniciamos um capítulo novo com a Nestlé." Wilson Rosa, sócio da Advent, contou que o fundo decidiu realizar um processo competitivo para analisar

os rumos de seu investimento na Kopenhagen. Entre as opções, estava a venda da participação ou uma abertura de capital (IPO, na sigla em inglês). E, para isso, contratou o Goldman Sachs.

"Ao longo do processo, fomos ficando cada vez com afinidade maior com a equipe da Nestlé", disse o executivo.

Ao longo do processo de venda, o grupo CRM foi oferecido a outros nomes no mercado.

Oficialmente, os executivos não revelam quem participou, mas pessoas próximas às negociações dizem que a Cacau Show e a suíça Lindt estavam na disputa.

HISTÓRIA. À frente da Kopenhagen, Rosa disse que a Advent concentrou-se na expansão do canal digital, além de acelerar a expansão física da marca e da Brasil Cacau. "Esse plano de expansão não está nem perto de ser exaurido. Temos hoje no mapa 2 mil lojas a serem abertas." O ritmo de abertura tem sido de cinco lojas por semana.

De acordo com o presidente da Nestlé Brasil, Marcelo Melchior, foi nas conversas durante o processo de aquisição, quando o grupo suíço entendeu melhor o modelo de negócios da Kopenhagen, uma marca com décadas de história no Brasil, e os seus planos para o futuro, que foi tomada a decisão de participar efetivamente da operação. "Não vamos modificar o DNA da organização." Ao contrário do Advent, que comprou a participação na CRM já pensando na sua venda - seguindo a lógica natural de um fundo de private equity -, a Nestlé fez uma aposta de longo prazo. Apesar da longa experiência com o Cade na compra da Garoto, Melchior revelou otimismo.

"Vamos fazer todo o processo de aprovação com o Cade.

Vamos seguir todos os rituais.

Estamos confiantes que teremos os argumentos para que essa aquisição seja aprovada."

"Quando a Advent chegou, o plano era dobrar de tamanho em cinco anos, mas fizemos isso em três anos.

Agora, iniciamos um capítulo novo com a Nestlé"
Renata Vichi Presidente da Kopenhagen

Criada por imigrantes, marca teve a primeira loja
aberta em 1929

Marca quase centenária que se tornou um símbolo de chocolates voltados à classe A, a Kopenhagen foi fundada em São Paulo pela família de imigrantes da Letônia Goldfinger Kopenhagen. A primeira loja foi aberta no centro da capital em 1929, um ano após o casal David e Anna começar a produzir marzipan (doce com pasta de amêndoa, ovos e açúcar) na cozinha de casa.

Na década de 1930, eles compraram um terreno no bairro do Itaim, onde montaram sua fábrica. A produção, que na época já incluía balas, chocolates e ovos de Páscoa, passou a incluir chocolates finos, biscoitos e panetones.

Produtos como língua de gato, chumbinho (bolinhas crocantes de chocolate) e lajotinha (waffle com cobertura de chocolate) surgiram na década de 1940 e se tornaram clássicos da marca.

A expansão da rede de franquias e do faturamento da marca, porém, veio após a venda ao empresário Celso Ricardo de Moraes, em 1996.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pré-sal promete arrecadação maior para governo, mas "janela é curta"

Marta Watanabe e Anais Fernandes

Mesmo sem as cotações históricas de 2022, o petróleo promete trazer receitas crescentes para União nos próximos anos até o início da próxima década e já faz diferença num momento de caça a fontes de arrecadação. Desta vez se espera que o aumento de receita venha mais puxado pela alta de produção, mas trata-se de "janela curta", que não deve garantir por si só sustentabilidade fiscal. Há, ainda, demanda por debate sobre a destinação dos recursos, segundo especialistas ouvidos pelo Valor.

Já em ascensão, a receita bruta vinda da exploração de recursos minerais deve crescer da média de 0,92% observada entre 2011 e 2020 e chegar a 2,75% estimados em 2031, puxada pelo aumento de produção. Cerca de 80% da arrecadação vem do petróleo, com alta impulsionada pelo óleo-lucro, receita vinda da exploração do pré-sal e que subirá de 0,05% do PIB em 2022 para 0,93% do PIB projetado para daqui a oito anos.

Somente o óleo-lucro, receita exclusiva da União quando se comprovam excedentes na extração de petróleo e gás natural pelo regime de partilha, deve somar R\$ 554,9 bilhões adicionais à arrecadação do governo federal de 2023 a 2031 em relação ao que se tinha até 2022. Em 2031, deve render R\$ 121,7 bilhões, sempre em valores constantes de 2023.

Os cálculos são do economista Bráulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e consultor na LCA. O petróleo promete irrigar as receitas da União, diz, mas não deve solucionar o desafio fiscal e demanda debate sobre o uso dos recursos.

O tema também merece discussão no âmbito de Estados e municípios. Nos governos subnacionais, porém, outro tema que ainda aguarda solução é a distribuição de royalties e participações especiais (ver reportagem abaixo).

Dados elaborados por Borges mostram que a receita bruta da União do setor extrativo mineral já favorece as contas públicas. De janeiro a julho esses recursos atingiram R\$ 112 bilhões (R\$ 157,2 bilhões em igual período de 2022, quando a arrecadação se elevou com as cotações recordes de petróleo a partir da

invasão da Ucrânia pela Rússia). Os dados de 2021, porém (R\$ 102,2 bilhões nos mesmos sete meses), mostram mudança de patamar em relação à média de R\$ 53,6 bilhões que se tinha para o período, de 2011 a 2019, também em valores constantes.

Como receitas do setor extrativo mineral, Borges considerou royalties, participação especial, dividendos pagos pela Petrobras à União e **tributos** federais do setor extrativo, exceto contribuições previdenciárias. O montante e as projeções, destaca, não contemplam receita com leilões, outorgas ou bônus de assinatura nem **tributos** incidentes sobre refino e comercialização de combustíveis.

Há uma mudança de patamar de receitas, diz Borges. Na década de 2010, lembra, a receita anual média equivalia a 0,9% do PIB. "Essa arrecadação já saltou para perto de 2% na média de 2021,2022 e o que se espera para 2023, considerando que no ano passado houve cotações recordes de petróleo. As projeções mostram que as receitas devem chegar perto de 3% no fim da década. Vamos triplicar a receita em relação ao que tínhamos até pouco tempo, em 2018 ou 2019."

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset, reforça que o aumento da produção de petróleo já faz diferença nas contas públicas. "No passado, a variável mais influente dessa receita do governo era o preço. Agora, há aumento substancial da produção. Mesmo com queda de preços, as receitas do petróleo são mais resilientes", afirma.

Em 2022, o total de royalties e participações especiais (PE) no país, incluindo fundo especial, somou R\$ 117,9 bilhões, mostram dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Impulsionado também por produção, mas mais por preços recordes e considerados excepcionais, o valor foi mais de 50% maior que os R\$ 77,5 bilhões de 2021. Para 2023 a perspectiva da agência é que royalties e PE cheguem a R\$ 92,6 bilhões em todo o país, valor que deve crescer para R\$ 108,5 bilhões em 2026 e cair a R\$ 106 bilhões no ano seguinte.

É preciso lembrar, diz Borges, que essas receitas virão de recursos naturais finitos e não renováveis. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) projeta que o auge no pré-sal será atingido ao fim desta década, com aumento de 80% em relação à produção diária

prevista para 2023. Apartirde2031, a previsão é que o volume comece a cair.

Citando a ANP, economistas do Santander notam que a produção diária de 3,4 milhões de barris poderá aumentar em 60% até o fim da década. "Já incluímos essa previsão nas nossas projeções de receitas fiscais, e isso deverá ajudar o país a atingir um superávit primário por volta de 2027-2028", estimam Felipe Kotinda, Gabriel Couto e Ítalo Franca.

Um dos principais pressupostos para esse cenário, dizem, é a compensação de preços mais baixos com mais produção. Ainda assim, o preço do petróleo tornou-se uma "variável chave" para o cenário macroeconômico do Brasil, afirmam.

"Especialmente considerando que o governo necessita de pelo menos 1,5% do **PIB** em novas receitas líquidas para cumprir as ambiciosas metas primárias do novo regime fiscal. Os preços do petróleo poderiam ajudar na consolidação fiscal", dizem os três economistas.

"As despesas primárias, com o novo arcabouço fiscal, devem se estabelecer em 19% do **PIB**, enquanto a receita líquida do governo federal está mais perto dos 18%. Há demanda para aumentar a arrecadação para termos um mínimo de sustentabilidade fiscal, lembrando que boa parte do aumento de receita com recursos extrativos deve vir do óleo lucro do regime de partilha, que fica todo com a União", afirma Borges.

Receitas do petróleo ajudam bastante o fiscal, mas não resolvem o problema. "A arrecadação do petróleo sozinha não é suficiente para fazer frente a todo o aumento de gastos", diz Leal. Basta olhar o que se recebia há dez anos e agora. "É um caminhão de dinheiro e, mesmo assim, não conseguimos usar com inteligência esses recursos."

"Há muitas lições de casa para serem feitas", diz Borges. Ele lembra que as receitas do óleo-lucro do pré sal são direcionadas ao Fundo Social, que tem boa parte de seus recursos destinada para educação e saúde.

Borges lembra que, a despeito do nome, o Fundo Social é apenas de natureza contábil-financeira, que está dentro da Conta Única do Tesouro Nacional. Ele não é apartado da contabilidade da União, explica, como costumar ser o caso de Fundos soberanos. "A acumulação dele impacta o primário. O saldo acumulado vai engordando a Conta Única e reduzindo a dívida líquida." Isso, aponta, pode fazer com que os valores não sejam executados e sejam aproveitados apenas para fazer resultado primário.

Além da consolidação fiscal, diz Borges, também competem pelas receitas a melhoria do bem-estar da população, já que o país ainda demanda serviços na saúde e educação e também a equidade Inter geracional, já que as próximas gerações não terão acesso a esses recursos. "É preciso perenizar essa renda, balancear os três objetivos, usar de maneira sábia as receitas e evitar cair na tentação de construir elefantes brancos."

Dados da ANP mostram que, em 2022, a União recebeu R\$ 45,1 bilhões em royalties e PE. Estados e municípios receberam juntos R\$ 72,9 bilhões. "Isso ajuda a conta de todos os entes. A questão é como os recursos são usados. Muitas vezes, vai para aumentar salário de servidor", diz Leal.

No âmbito regional, há iniciativas para garantir a poupança de parte dos recursos. No Espírito Santo, os royalties do petróleo, entre outras transferências, têm 40% dos recursos direcionados ao Fundo Soberano do Estado, que recebe também 15% das participações especiais. Com saldo de R\$ 1,33 bilhão hoje, o fundo tem R\$ 250 milhões destinados à alocação de venture capital e R\$ 250 milhões que devem ser investidos via debêntures em empresas com compromisso ESG. O fundo ainda mantém 40% dos recursos para poupança intergeracional.

Segundo o governador Renato Casagrande, a fatia da poupança deve chegar a 20% a partir de 2026, enquanto a de investimentos voltados à inovação e desenvolvimento vai aumentar de 60% para 80%. "As futuras gerações é que decidirão o que fazer com a poupança intergeracional, nos próximos 15 a 20 anos."

Para Leal, a criação de fundos soberanos em Estados e municípios para guiar a destinação desses recursos não é sinônimo de eficiência. "Ter fundo não é garantia de que haverá uma boa alocação desses recursos. Depende de como o fundo vai funcionar. O fundo não é um "game changer", afirma.

Com os compromissos internacionais de descarbonização da economia e da transição energética assumidos, estabelecer até quando o petróleo pode ajudar as contas públicas brasileiras é difícil, segundo Leal. "A resposta mais segura é dizer que o petróleo deveria contribuir cada vez menos. Essa não é uma agenda do futuro, já é do presente, só vai se intensificar."

Ele ressalta que "a janela é curta" para o país aproveitar os recursos oriundos dessa exploração. "Depois, a demanda vai ser outra, de energia solar, eólica, biomassa."

"Tivemos caminhão de dinheiro e não conseguimos

usar com inteligência" Gabriel Leal

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

Pirataria e crime movimentam R\$ 32 bi em SP, diz Fiesp

Marcos de Moura e Souza

Grupos criminosos especializados em contrabando, falsificações, roubos e outras atividades que prejudicam diretamente a indústria e o comércio movimentaram no ano passado R\$ 23,36 bilhões no Estado de São Paulo.

É uma cifra ligeiramente menor do que a registrada em 2021, ainda assim continua sendo muito significativa e fonte de preocupação para empresas de diversos setores.

O dado está no anuário 2023 sobre mercados ilícitos transnacionais preparado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O estudo será oficialmente lançado no dia 13, em um evento na sede da federação. O documento, no entanto, já está disponível no site da instituição.

Para a elaboração do estudo, o Departamento de Defesa e Segurança (DESEG), da Fiesp, compilou dados sobre os impactos dos mercados ilícitos em nove setores da indústria paulista: cigarro, eletrônicos, vestuário, químicos, automotivo, alimentos, higiene, brinquedos e medicamentos.

Dentre eles, criminosos conseguiram girar mais dinheiro atuando de forma clandestina na indústria do tabaco (R\$ 8,6 bilhões), química (R\$4,3 bilhões) e automotiva (R\$ 3,5 bilhões).

Pelos critérios usados pela Fiesp, economia criminal é baseada não apenas no contrabando e pirataria mas, segundo informa o estudo, "em outros tipos penais como roubos, furtos, corrupção, lavagem de dinheiro, que em muitos níveis sustentam parte de uma cadeia produtiva ilícita".

São, de acordo com o estudo, atividades lucrativas que produzem efeitos diretos sobre o setor produtivo - que, de acordo com informações da Fiesp, perde receitas, empregos e investimentos diante da concorrência com o crime.

Em 2010 mercados ilícitos movimentaram cerca de R\$ 6 milhões em crimes que afetavam diretamente a indústria paulista; e em 2021, esse montante beirou os R\$ 25 milhões, recuando ligeiramente para 23 milhões

em 2022.

A Fiesp calcula que em função das atividades ilícitas que concorrem com a indústria e o comércio, 169.624 empregos formais deixaram de ser gerados por mês no Estado ao longo do ano passado.

O estudo também estima que, por conta dos ilícitos, R\$ 5,77 bilhões em **impostos** federais deixaram de ser arrecadados.

Como forma de reduzir a pressão dos criminosos contra a iniciativa privada, a Fiesp defende o que classifica como um novo modelo de governança na definição de problemas e de formação de políticas públicas que consigam controlar "o crime economicamente motivado" por meio de ações que minem a "cadeia logística ilícita" e que ajudem a descapitalizar operadores ilícitos.

Em outra frente, a Fiesp defende que a estratégia de seguir o dinheiro e de restringir a lavagem -que tem sido bastante usada por autoridades em casos de corrupção e em casos de operações comerciais fraudulentas - deveria ser mais usada também em casos de criminosos que atentam contra a iniciativa privada.

"A participação de operadores, em especial cie atacadistas de mercados ilícitos, precisa receber tanto ou mais atenção das autoridades e das equipes dos laboratórios de lavagem de dinheiro", aponta a federação das indústrias no anuário.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230906/>

Desigualdade e meio ambiente na pauta

Rafaela Gonçalves

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) embarcou ontem para a Índia, logo após as celebrações do 7 de Setembro, para a 18ª Cúpula de chefes de Estado e governo do G20, o grupo que reúne 19 das principais economias do mundo e a União Europeia.

A agenda oficial ocorre neste sábado e domingo. A previsão é de que a comitiva brasileira chegue a Nova Déli, capital indiana, no fim da noite desta sexta-feira, pelo horário oficial de Brasília, manhã de sábado no país asiático.

No fim do encontro, que será marcado pela ausência de importantes chefes de Estado, o Brasil receberá pela primeira vez a presidência rotativa do G20. O país ficará à frente da instituição de 1º de dezembro de 2023 a 30 de novembro de 2024 e será responsável por organizar a próxima cúpula, marcada para 18 e 19 de novembro do ano que vem, no Rio de Janeiro.

Em nota, o governo brasileiro destacou que, no período em que estará à frente do grupo, pretende aproximar os grupos técnicos que discutem políticas públicas daqueles que debatem questões de financiamento, "de forma que se coordenem entre si e trabalhem de forma mais integrada".

Na Índia, Lula vai participar de três reuniões de trabalho do G20 e deve receber líderes de outras nações para reuniões bilaterais.

No sábado, estão previstas duas reuniões temáticas. Uma falará de desenvolvimento sustentável, transição energética, mudanças climáticas, preservação ambiental e emissões de carbono. Outra abordará crescimento inclusivo, progresso nos objetivos de desenvolvimento sustentável, educação, saúde, e desenvolvimento liderado por mulheres.

No domingo acontece a terceira sessão da cúpula, intitulada "Um Futuro". O painel terá como temas transformações tecnológicas, infraestrutura pública digital, reformas multilaterais e o futuro do trabalho e emprego. No mesmo dia haverá a cerimônia de transferência da presidência do G20.

O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, fará um balanço sobre a presidência da Índia em 2023. Já o presidente Lula vai encerrar o evento, apresentando as prioridades e os desafios da futura presidência brasileira, que começa efetivamente a partir de 1º de

dezembro. A presidência rotativa vai até o fim de 2024, quando uma nova cúpula será realizada no Brasil.

Desde o início de seu terceiro mandato, Lula tem se esforçado para tirar a maior economia da América do Sul do isolamento diplomático provocado pelo seu antecessor, participando de vários eventos multilaterais.

Segundo o presidente, esta será uma oportunidade para debater a pauta da desigualdade no mundo.

"Vamos presidir o G20 ano que vem, os Brics em 2025 e ainda realizar a Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30), em Belém. São três megaeventos que vão dar ao Brasil uma visibilidade diferente da que ele teve nos últimos anos. O país volta a fazer com que o mundo nos respeite, pela seriedade com que a gente trata as pessoas e a questão do clima", argumentou o presidente.

O grupo responde por cerca de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e 75% do comércio internacional. O G20 é considerado o principal foro de cooperação econômica e financeira internacional, com grande capacidade de influenciar a agenda de organismos multilaterais e de mobilizar o setor privado.

Biocombustíveis

O presidente Lula pretende assinar no domingo um acordo global de incentivo aos biocombustíveis.

A ideia é que, durante sua participação, ele apresente argumentos em defesa do etanol como instrumento para a descarbonização energética mundial e destaque a experiência brasileira com a utilização do combustível.

Durante o programa Conversa com o Presidente, na terça-feira, Lula indicou que um acordo com a Índia envolvendo combustível renovável terá destaque nos diálogos do fim de semana. "Brasil e Índia vão discutir a questão do etanol como combustível alternativo, que é extremamente importante, e nós temos que discutir com os outros países uma luta contra a desigualdade", afirmou.

Às vésperas da partida, o mandatário recebeu em seu gabinete um grupo de empresários do setor automotivo e lideranças do setor energético para uma espécie de preparação para sua participação na Cúpula. Durante a conversa, Evandro Gussi,

presidente da Unica, a União da Indústria da Cana-de-Açúcar e Bioenergia, defendeu que o encontro do G20 sirva para que o governo trabalhe para estimular a criação de um cinturão verde de biocombustíveis entre mais de 100 países.

Segundo Gussi, a medida beneficiaria mais de 3 bilhões de pessoas ao redor do mundo com a descarbonização. "O Brasil domina a tecnologia do etanol do campo à indústria automobilística.

E essa tecnologia pode ser compartilhada com outros países, de tal forma a criarmos um cinturão verde de biocombustíveis entre mais de 100 países do chamado Sul Global", disse o executivo, após o encontro.

"Brasil e Índia vão discutir o etanol como combustível alternativo, o que é extremamente importante, e temos que debater com outros países a questão da desigualdade" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Fraqueza global

O crescimento da economia global desacelerou e as projeções de médio prazo são as mais fracas em mais de três décadas, afirmaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial em declaração conjunta, na qual defendem aprimoramento da sua cooperação. A nota foi preparada para ser apresentada no evento do G20 e é assinada pela diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, e pelo presidente do Banco Mundial, Ajay Banga.

Georgieva e Banga disseram que o mundo está enfrentando fragmentação geoeconômica, desastres naturais extremos exacerbados por mudanças climáticas e crescentes níveis de dívidas públicas.

Nesse cenário, as duas instituições estão bem posicionadas para ajudar os países a lidarem com esses desafios, afirmaram. "Os desafios são grandes demais para agentes individuais resolverem. Instituições financeiras internacionais, governos nacionais, fundações filantrópicas e o setor privado devem trabalhar juntos", ressaltaram.

Os dirigentes destacaram mudanças climáticas, vulnerabilidades de dívidas e transição digital como áreas em que o FMI e o Banco Mundial devem aprimorar sua colaboração.

Ausências podem esvaziar reunião

A falta de alguns dos principais líderes globais na Cúpula do G20 ameaça esvaziar o encontro e será um desafio para as discussões do bloco. O presidente chinês, Xi Jinping, será uma das principais ausências

do evento, em meio a crescentes tensões comerciais e geopolíticas com Estados Unidos e a Índia, com a qual a China compartilha uma fronteira longa e conflituosa.

O governo chinês não deu explicações para a falta, limitando-se a dizer que o primeiro-ministro Li Qiang o representaria na reunião das grandes economias.

A ausência de Xi terá impacto nos esforços de Washington para manter o G20 como o principal fórum para a cooperação econômica global. Segunda maior economia do mundo, a China passa por uma difícil recuperação pós-covid, com demanda interna fraca, aumento do desemprego entre os jovens e uma crise no setor imobiliário.

Assim como nos últimos encontros internacionais, o presidente russo Vladimir Putin também não comparecerá no G20 e será representado pelo ministro das Relações Exteriores do país, Serguei Lavrov. Em março, o Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu um mandado de prisão contra Putin por acusações de crimes de guerra relacionados à deportação ilegal de crianças ucranianas. Ele corre o risco de ser detido, caso saia do país.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, deve aproveitar a ausência dos governantes da China e da Rússia para tentar promover alianças em um bloco fortemente dividido. Impasses sobre a guerra da Rússia na Ucrânia, a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis e a reestruturação da dívida dominarão as negociações e poderão complicar acordos durante a reunião.

Biden estará acompanhado pela secretária do Tesouro, Janet Yellen, que visita a Índia pela quarta vez em 10 meses, no âmbito dos esforços de Washington para reformar o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, a fim de atender melhor os países em desenvolvimento.

O chanceler alemão, Olaf Scholz, o presidente francês, Emmanuel Macron, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, serão alguns dos representantes da União Europeia.

O chefe de governo espanhol, Pedro Sánchez, anunciou que também não viajará após testar positivo para a covid-19.

Madri será representada pelo ministro das Relações Exteriores, José Manuel Albares, e pela vice-presidente e ministra da Economia, Nadia Calviño. O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador também não vai comparecer.

Profundamente dividido por causa da guerra na

Ucrânia, o G20 terá dificuldade em obter avanços ante a tensão entre os dois grupos antagônicos de aliados: EUA-União Europeia e Rússia e China. A conjuntura econômica global assombra o grupo das maiores potências mundiais.

A Alemanha, o país mais rico da Europa, entrou em recessão e todo o continente caminha no mesmo sentido à medida que a crise se aprofunda. (RG)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/08/all.pdf>

No foco da Casa da Moeda

Vinicius Doria

A Casa da Moeda do Brasil voltou a ser procurada para produzir ouro como lastro de ativos financeiros, uma atividade da qual a empresa se afastou no ano passado, entre outros motivos, por falta de segurança em relação à legalidade da matéria prima. A instituição informou ao Correio que, atualmente, "não tem contrato com empresas para confeccionar ouro".

Essas empresas são as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVMs), instituições autorizadas pelo Banco Central para comercializar o metal.

Paralelamente, a Casa da Moeda se esforça para conscientizar o mercado e as autoridades sobre a necessidade de intensificar a repressão à extração ilegal e aprimorar a legislação do setor. Ainda disponibiliza como serviço uma solução tecnológica que certifica origem e processos, e permite rastrear o caminho do metal precioso desde a mina até o destino final.

"Muito mais do que produzir ativos financeiros, hoje, a nossa principal missão como empresa de Estado é oferecer todo o know-how da Casa da Moeda.

É oferecer uma solução que já funciona na Suíça, por exemplo, e implantar isso aqui no Brasil para que empresas não sofram com a concorrência desleal, que só faz sangrar o mercado", disse o diretor de Inovação e Mercado da instituição, Leonardo Abdias.

A empresa estatal atua no mercado de ouro há mais de 300 anos. "O início foi refinando, fundindo e transformando o ouro em valor, em moeda. Hoje, o meio circulante é outro, com o tempo tudo mudou. Mas esse mercado de ouro continua na essência da nossa missão. O que era cunhar moeda e botar em circulação se transformou em produção de ativo financeiro", explicou o executivo.

Ouro matogrossense

A Casa da Moeda está em negociação com uma distribuidora de títulos e valores mobiliários (DTVM) de Cuiabá, que quer contratar a estatal para transformar em ativo financeiro o ouro que compra de uma rede de garimpeiros que atuam legalmente na Baixada Cuiabana (MT). A Fênix espera formalizar a parceria com a Casa da Moeda até o fim do ano. Atualmente, 100% da produção da distribuidora cuiabana são exportados como mercadoria para o exterior.

Para lastrear produtos do mercado financeiro ou ser vendido como mercadoria, o ouro passa por várias etapas de extração, beneficiamento e comercialização.

A Fênix DTVM aposta no processo que montou com pequenos e médios garimpeiros mato-grossenses, em que todas as etapas são vistoriadas, auditadas e certificadas, inclusive por empresas externas.

Nas minas, as boas práticas socioambientais são rigorosamente controladas. A água usada na planta de beneficiamento é de reuso, captada no fundo das próprias minas, sem descarte no meio ambiente. O mercúrio usado para aglutinar as partículas de ouro é quase totalmente reciclado, em índice que passa de 98%.

"Quando o produtor vende para um posto de compra, ele entrega o ouro físico e, também, faz a troca de custódia dos selos de origem. Esses selos de origem vão acompanhando o ouro (em uma cadeia chamada de blockchain, que não pode ser quebrada) até chegar na DTVM, que é a instituição que vai refinar esse ouro e produzir uma barra, por exemplo", explica Abdias.

Na Casa da Moeda, todo o caminho do ouro é conferido e o material é fundido novamente, para receber uma espécie de carimbo físico, que fica impresso no lingote de ouro.

Medalhas

Apesar de as moedas de ouro e prata não serem mais produzidas como meio circulante, a Casa da Moeda mantém a tradição de cunhar esse tipo de peça, chamada tecnicamente de medalha.

Geralmente, são produzidas em pequena escala para marcar alguma comemoração.

Com a deterioração do mercado de ouro nos últimos anos, contaminado pela crise humanitária dos ianomâmis, em Roraima, e a revelação do poder destruidor do garimpo clandestino em terras protegidas, aumentou a exigência de joalheiros e investidores por ouro de origem legal, controlada e certificada.

De acordo com Leonardo Abdias, a Casa da Moeda tem interesse em retornar a esse mercado, que está "na essência" da instituição, e espera firmar contratos que viabilizem a retomada dos lançamentos. As

medalhas comemorativas cunhadas pela empresa são disputadas por colecionadores e pequenos investidores, que fazem questão de ter a posse da peça física de ouro.

O último lançamento de medalhas de ouro se deu em dezembro de 2021, com uma série de 100 unidades em homenagem ao ex-jogador Zico. "A Casa da Moeda está pesquisando empresas do segmento no mercado brasileiro que atendam às diretrizes e à legalidade da extração de ouro", confirmou ele.

Cotação cai no exterior

O ouro fechou em queda, ontem, após dados do mercado de trabalho dos Estados Unidos ampliarem a expectativa por mais aperto monetário pelo Federal Reserve (Fed).

A perspectiva de juros elevados por mais tempo tende a diminuir a atratividade do metal precioso como ativo seguro, favorecendo o dólar e os juros dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, os chamados Treasuries.

Na Comex, divisão para metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para dezembro fechou em baixa de 0,09%, a US\$ 1.942,50 por onça-troy.

Os preços do ouro ainda tiveram a atratividade minada pela força do dólar no exterior, nota a CMC Markets. O movimento ocorre em meio ao avanço nas expectativas por nova alta de juros do Fed, após o Departamento do Trabalho dos EUA informar queda inesperada nos pedidos de auxílio-desemprego e revisar para cima o custo unitário de mão de obra.

Os dados reforçam a resiliência da economia americana e mantém a confiança de Wall Street em um "pouso suave" da **inflação**. "O ouro continuará a enfrentar dificuldades, já que a perspectiva de juros elevados por mais tempo sugere que os investidores aproveitarão os rendimentos atrativos dos títulos do governo dos EUA", projeta a consultoria.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/08/all.pdf>

Reforma ministerial de Lula não garante governabilidade

SILVIO CASCIONE

Desde o recesso legislativo, o presidente Lula prometeu entregar dois ministérios e cargos de segundo escalonamento para representantes dos partidos Progressistas e Republicanos. A expectativa é facilitar a aprovação de propostas na Câmara dos Deputados sem precisar negociar caso a caso, como ocorreu no primeiro semestre.

A melhoria na coalizão governamental, porém, pode ser temporária.

Há pelo menos dois fatores que sugerem uma tendência de piora nas condições de governabilidade em 2024, após um período tranquilo no segundo semestre de 2023.

O primeiro desafio que Lula enfrentará terá que ver com sua popularidade. Isso não tem sido um problema por enquanto.

Pelo contrário: contrariando as expectativas de seus próprios correligionários, Lula teve uma longa lua de mel com os participantes. Os índices de aprovação do presidente têm subido nos últimos meses, graças à queda da inflação e à melhoria contínua do emprego e da renda. Mas o bom momento pode terminar.

Nos próximos meses, o efeito dos juros altos deverá começar a pesar sobre a economia.

Mesmo que o Banco Central já esteja recuperando a taxa Selic, a política monetária trabalha com uma longa defasagem, e o cenário mais provável para os próximos meses é de uma redução nos investimentos e esfriamento na economia. Nada catastrófico, mas suficiente para trazer alguma inquietação aos cidadãos, especialmente aqueles que não são petistas tradicionais, mas que têm o benefício da dúvida ao governo.

Em 2024, com a economia operando em uma velocidade mais fraca, a popularidade de Lula pode se acomodar em um patamar mais baixo, mais próximo de 40% do que de 60%, e isso pode trazer aliados de volta para a negociação.

O segundo fator tem a ver com o efeito das restrições orçamentárias sobre a coalizão.

Para atingir o déficit zero, Lula terá de aprovar muitas medidas de aumento de arrecadação.

O governo deve ter sucesso apenas parcial e precisará congelar gastos em 2024 para manter as contas em equilíbrio.

Isso será um problema para todos os ministros.

Para que o governo evite esses dois problemas, ele sustentará sua popularidade em níveis relativamente elevados, acima de 50%. Além disso, terá de aprovar todo o pacote de aumento de receitas, ou lançar mão de novas medidas rapidamente, para evitar os cortes de gastos. Porém, o mais provável é que 2024 seja um ano mais complicado para a agenda do governo do que 2023.

Reflexo da economia Em 2024, popularidade de Lula pode se acomodar em patamar mais baixo e abrir novas negociações

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

De olho na qualidade dos gastos públicos - ENTRE ASPAS

A indústria da construção tem sinalizado uma atividade crescente.

No segundo trimestre, os lançamentos imobiliários aumentaram 15,7%, na comparação com o trimestre anterior, e o número de unidades vendidas se elevou em 0,5%, de acordo com a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

Na comparação do primeiro semestre com o mesmo período de 2022, o número dessas unidades ainda está 7,5% abaixo, e o de lançadas, 19,1% menor. Mas a tendência no segundo semestre passou a ser de crescimento, diante de fatores como queda dos juros, remodelagem do programa Minha Casa e revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo.

O **PIB** da construção cresceu 0,7% no segundo trimestre, acumulando elevação de 0,9% no semestre.

A elevação é reflexo do aumento da atividade das construtoras. No acumulado dos quatro últimos trimestres até o final de junho, o **PIB** da Construção cresceu 2,9%, em relação ao acumulado dos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Nos primeiros sete meses do ano, a indústria da construção não parou de gerar empregos. Foram 194.471, um aumento de 8% sobre o contingente de pessoal existente em dezembro. O setor hoje emprega 2,6 milhões de trabalhadores, segundo o Caged.

Todos estes dados mostram a resiliência da construção no cenário de incerteza que marcou o início de 2023. A expectativa é de que a neblina continue se dissipando, a confiança cresça e se eleve a taxa de investimento, que seguia patinando em apenas 17,2% do **PIB** no segundo trimestre.

Para tanto, a **reforma ministerial**, embora necessária à governabilidade, não pode abrir a porteira para a realização de mais gastos sem qualidade e desconectados das políticas públicas para a habitação e a infraestrutura.

Não se pode abrir a porteira para despesas desconectadas das políticas públicas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Propaganda para promover G-20 na Índia projeta culto à imagem de Modi

FELIPE FRAZÃO

Às vésperas do início da cúpula do G-20, não havia uma esquina em Nova Délhi sem o rosto de Narendra Modi. O primeiro-ministro indiano domina ruas e avenidas em cartazes, placas e outdoors de variadas cores e dimensões, com mensagens sobre a reunião dos líderes das principais economias do mundo.

As propagandas de promoção do G-20 carregam uma dimensão pessoal de Modi, e não só do país como ator global e potência econômica e geopolítica.

Esse tipo de publicidade é incomum em democracias ocidentais e até proibida, por exemplo, no Brasil.

PROGRESSO. Seja no desembarque no Aeroporto Internacional Indira Gandhi, na imigração, nas esteiras de coleta de bagagem e do lado de fora, há sempre conteúdo sobre o G-20 acompanhado de uma imagem de Modi de grande dimensão, sempre em traje típico e com semblante sério - ele, no máximo, esboça um discreto sorriso.

Nas ruas de Nova Délhi, que vem passando por cuidados de última hora, como pintura de faixas de trânsito e jardinagem, os cartazes com o rosto de Modi se sobrepõem lado a lado nas esquinas e se repetem em sequência nos postes, separados por não mais do que 20 metros de distância.

Os indianos estão orgulhosos do prestígio internacional do país e de receber a cúpula, além da onda de inserção internacional da Índia. O país foi reconhecido pelas Nações Unidas como o mais populoso do mundo - 1,4 bilhão de habitantes - e alcançou feitos inéditos na exploração espacial, com o pouso de uma missão no lado sul da Lua, até então inexplorado.

A Índia caminha para se tornar a terceira maior economia do mundo, o que faz parte do discurso nacionalista de Modi, que quer recuperar a sua milenar influência. Mas, ao mesmo tempo, enfrenta problemas estruturais, como desigualdade, excesso de fontes de energia suja, ausência de saneamento e problemas na educação básica.

Modi sempre demonstrou interesse em fazer a diplomacia com líderes políticos. Antes do G-20, foi

recebido como grande aliado em duas das principais capitais ocidentais, por Joe Biden, em Washington, e por Emmanuel Macron, em Paris.

"O chefe da Índia", disse ao Estadão o motorista de Uber Mayank Gupta, apontando para as placas de Modi em sequência no bairro de Chanakyapuri.

MUDANÇAS. Fã do premiê e eleitor do partido dele, o conservador Bharatiya Janata Party - BJP ou Partido do Povo Indiano - , o motorista diz que sua vida melhorou com as mudanças na Índia, em comparação com nove anos atrás. Modi está no cargo desde 2014.

"A Índia mudou. Tivemos muito desenvolvimento, progresso, nos digitalizamos, temos menos crimes. Ele é um homem muito popular, um bom homem", disse Gupta.

A comparação é um exercício que os 900 milhões de eleitores indianos começam a fazer.

No ano que vem, haverá eleições gerais, e Modi tentará um novo mandato.

FAVORITISMO. Pesquisas mostram insatisfação dos indianos com **inflação** e desemprego, mas revelam, ao mesmo tempo, que Modi preserva uma alta popularidade. O nacionalista hindu deve conseguir mais um mandato.

O principal desafiante da reeleição de Modi, apoiado por uma aliança de oposição, é Rahul Gandhi, parlamentar do Partido do Congresso Nacional Indiano. Ele é o atual herdeiro político da família mais influente do partido, que comandou a legenda por 24 anos, até 2022.

Prestígio

Discurso nacionalista de Narendra Modi quer recuperar milenar influência da Índia

Sánchez cancela ida à cúpula após testar positivo para covid

O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, anunciou ontem que não participará da cúpula do G-20 após testar positivo para covid-19.

Ele explicou em seu perfil na rede social X (antigo Twitter) que fez o teste de controle, antes de embarcar para a Índia, que acabou acusando a contaminação.

O gabinete do primeiro-ministro espanhol explicou que Sánchez está bem de saúde e despachará de sua residência em Madri. A Espanha será representada na cúpula do G-20 pela vice-primeira-ministra e encarregada das finanças, Nadia Calviño, e pelo ministro dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação, José Manuel Albares.

Havia uma expectativa para a confirmação do presidente americano, Joe Biden, depois que sua mulher, Jill Biden, também testou positivo para a covid. Após sucessivos testes negativos, a Casa Branca confirmou ontem sua ida para a Índia. Os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da China, Xi Jinping, não participarão da cúpula. | EFE

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alta do petróleo pressiona Petrobras

O novo avanço das cotações do PETRÓLEO deve colocar mais pressão sobre os preços dos combustíveis no Brasil, com o aumento da defasagem em relação aos valores do mercado internacional, uma vez que a Petrobras não segue mais, desde meados de março, o antigo modelo de Paridade de Preços de Importação (PPI).

Depois de bater na quarta-feira em US\$ 90,60, o maior patamar desde novembro do ano passado, o preço do barril de PETRÓLEO tipo Brent (referência para os negócios no Brasil) recuou ligeiramente ontem, para US\$ 89,92. Os analistas já projetavam que o barril poderia voltar a ficar na casa dos US\$ 90 ainda neste ano, mas não neste momento.

A Petrobras reajustou os preços dos combustíveis pela última vez em 15 de agosto, depois de um intervalo de três meses em relação à alta anterior. Mas o reajuste não foi suficiente para zerar toda a defasagem acumulada até então em relação aos preços internacionais.

De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), no caso do diesel (que foi reajustado em 25,5%) essa defasagem - que à época era de 30% - estava em 10% no início desta semana. Na quarta-feira, porém, com o aumento do PETRÓLEO, havia voltado a subir para 14%, o equivalente a uma diferença de R\$ 0,62 por litro. Nas contas do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), essa defasagem chegou a 13,1%, ou R\$ 0,58 por litro.

No caso da gasolina, que é menos dependente de importação, a defasagem calculada pela Abicom segue em um dígito desde o aumento de 16,2% nas refinarias em agosto, ficando em 5% - ou R\$ 0,17 por litro. Nas contas do CBIE, essa distância é maior: de 11,6%, ou R\$ 0,38.

Para Pedro Rodrigues, do CBIE, a nova alta do PETRÓLEO vai pressionar a Petrobras a realizar novos reajustes, embora a tendência seja de que fiquem represados. Em defesa da nova política de preços, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, já disse que a empresa tem de se "libertar do dogma da PPI".

Com os preços da Petrobras muito abaixo dos internacionais, as margem dos importadores despenca e eles têm dificuldades de operar, o que pode aumentar o risco de problemas de abastecimento - o País importa entre 20% e 30% de todo o diesel que

consome.

Se de um lado a alta dos preços do PETRÓLEO é boa para Petrobras, que também exporta a commodity, um eventual reajuste de preços terá impacto direto na **inflação**, pressionando o Banco Central, que iniciou em agosto o ciclo de cortes da Selic, hoje em 13,25% ao ano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Grandes bancos articulam medidas para captar mais e reforçar poupança - COLUNA BROADCAST

MATHEUS PIOVESANA, CIRCE BONATELLI, LUDMYLLA ROCHA, ALTAMIRO SILVA JUNIOR/ KARLA SPOTORNO, edição (interina)

Diante da queda dos financiamentos imobiliários, grandes instituições começaram a discutir alternativas para incentivar os depósitos na poupança - maior fonte de recursos baratos para o crédito habitacional. Uma opção que vem sendo debatida, ainda discretamente, é alterar os parâmetros do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para saldos e aplicações. A ideia é passar a cobertura dos R\$ 250 mil que o investidor pode ter por instituição, com teto de R\$ 1 milhão por CPF a cada quatro anos, para algo como R\$ 250 mil por CPF. Na visão de representantes de grandes bancos, parte das razões para o esvaziamento da poupança está na migração de recurso para aplicações de bancos pequenos e médios, cujo risco é reduzido pela proteção do FGC.

Objetivo é redirecionar recursos

De acordo com interlocutores de bancos, a mudança ajudaria a redirecionar o dinheiro para as aplicações dos bancões, como a caderneta de poupança. "É possível que o investidor migre para outro banco com uma remuneração melhor. Não, necessariamente, ele vai para o banco maior", disse uma fonte.

Proposta ainda é embrionária

Caso essa ideia evolua, poderá vir a ser oficializada por alguma associação setorial e levada ao Banco Central, de acordo com fontes. A Coluna apurou que o assunto ainda nem chegou à própria cúpula do FGC. Além disso, uma mudança na regra exigiria aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

CRÉDITO HABITACIONAL

Para engordar a poupança, uma ideia debatida de forma ainda discreta é alterar os parâmetros do Fundo Garantidor de Crédito

NA INTENÇÃO. Procurado, o FGC afirmou que não tem conhecimento da intenção dos bancos, e que não existe pleito para que os limites de garantia sejam

alterados.

CONTEXTO. O pano de fundo dessa discussão é o recuo do financiamento imobiliário com recursos do Sistema Brasileira de Poupança e Empréstimo (SBPE). Os empréstimos bateram recorde em 2021, com R\$ 205 bilhões. Para 2023, a previsão é R\$ 155 bilhões. Uma recuperação da caderneta de poupança, que perdeu R\$ 173 bilhões desde o início de 2022.

PROPOSTA OFICIAL. O que já existe de concreto para reverter esse quadro é a proposta de redução de 5% nos depósitos compulsórios exigidos das instituições financeiras brasileiras, sendo que a destinação do volume de recursos a serem liberados seria para os financiamentos imobiliários. Se aprovada, a medida representaria uma injeção de R\$ 38 bilhões no mercado imobiliário.

NO BC. A proposta foi levada ao Banco Central no começo deste ano, mas não repercutiu porque, à época, a principal preocupação do BC era diminuir a liquidez da economia brasileira a fim de combater a **inflação**. Com a mudança na diretoria da autoridade monetária e o início do ciclo de cortes de juros, a expectativa é de mudança nessa postura nos próximos meses.

IPAINÉIS SOLARES. O grupo HLT, que atua no segmento de geração distribuída desde 2018 e faturou R\$ 1 bilhão no ano passado, deve começar, neste mês, a produção de painéis solares em uma nova planta.

O local fica em São José dos Pinhais (PR), teve aporte de R\$ 67 milhões e totaliza 60 mil metros quadrados. De acordo com o fundador do grupo, Junior Helte, o foco da Helte - empresa que começou o negócio - sempre foi a comercialização do kit gerador de energia elétrica por fonte fotovoltaica, mas ao longo da operação, a companhia identificou queixas em relação à qualidade dos produtos no mercado.

Ele cita como exemplo os relatos sobre módulos fotovoltaicos que não geram a potência esperada e geralmente não têm certificações. Problemas como estes têm levado instituições setoriais a criar

programas de certificação. A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) e a Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) têm iniciativas neste sentido.

NOVA MARCA. No caso das placas fabricadas Inimex, marca criada pelo grupo HLT, a certificação é feita pelo Inmetro. O produto terá garantia de 12 anos. A fábrica da Inimex, que ocupa 60 mil metros quadrados, nasce com capacidade de produção de 500 megawatts por ano.

ESG. Investidores internacionais estão preferindo aplicar em fundos de títulos de dívida que sigam padrões ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês). Os ativos nos fundos ESG dos mercados emergentes cresceram para US\$ 35 bilhões em julho, alta de 40% ante o nível mais baixo dos últimos anos, em outubro de 2022, segundo estudo do Bank of America. Os fundos com carteiras ESG tiveram uma captação de US\$ 817 milhões de janeiro a julho. Já os fundos não ESG tiveram saídas de US\$ 438 milhões.

SOBE

Descarte adequado de remédios chega a 400t

O consumidor dá sinais que aderiu ao esforço de algumas farmácias pelo descarte correto de medicamentos. Dados da Abrafarma, associação que reúne as 30 maiores redes do Brasil, mostrou que 400 toneladas de remédios foram descartados corretamente neste ano até agosto. O número ultrapassa o volume do ano passado inteiro, quando foram coletadas 300 toneladas. O dado considera 6 mil pontos de coleta em todo País.

DESCE

China proíbe uso de iPhone por servidores, e Apple cai

A ação da Apple acumula perda de 7,1% nos dois últimos pregões em Nova York. O recuo acontece diante do plano da China de proibir o uso de iPhones, entre outros dispositivos estrangeiros, por autoridades e servidores.

O objetivo é reduzir a dependência de tecnologia externa e melhorar a segurança cibernética. Cerca de 19% da receita da Apple vem da China, onde a americana montou sua base de produção global.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Lula fala ao bolso para ampliar base - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

O pronunciamento de Lula na véspera do 7 de Setembro ignorou os militares e Jair Bolsonaro, propositalmente. A costura para a aproximação entre o presidente e a caserna vem sendo feita e tem avançado, mas ele preferiu usar a efeméride que o antecessor tanto desvirtuou para falar com o conjunto da sociedade, não com as Forças Armadas.

Trata-se de movimento inteligente, que foi bem executado.

A fala listou feitos dos primeiros oito meses do governo, todos eles voltados para o bolso do eleitor. A defesa da democracia esteve presente no slogan, mas mesmo o conceito foi traduzido em bases concretas para a vida das pessoas, apresentado como "matéria-prima" para o combate à desigualdade e para o crescimento do país.

Lula evocou os bons números de seus governos anteriores, ao fazer referência a programas que foram recriados e a dados como o crescimento do **PIB** neste ano, provavelmente o maior desde 2010, último ano de seu segundo mandato, quando deixou o Planalto montado em índices de popularidade superiores a 80%.

A mensagem, veiculada numa peça para cima, em que Lula aparece sorridente e confiante, não fez menção direta nenhuma a Bolsonaro ou às jornadas golpistas que ele empreendeu nos dois últimos dias da Independência.

Mas a comparação estava latente o tempo todo.

Opúblico-alvo ali não eram apenas os eleitores de Lula, para os quais a fala tem o caráter de prestação de contas, mas também, e sobretudo, os de Bolsonaro. Ao chamar a atenção para os aspectos positivos da economia, alcançados, segundo o texto fez questão de frisar, em poucos meses, o presidente faz um chamado a quem votou em Bolsonaro para que compare os períodos e reflita sobre se sua vida está melhor que há um ano.

O desfile tranquilo, sem discurso golpista e com a presença dos representantes dos demais Poderes no palanque, funcionou com complemento da mensagem

da véspera.

Os bolsonaristas até tentaram alguns expedientes para vender o peixe de que foi um "7 de Setembro sem povo", mas, de novo, foram tragados pela adversidade, quando a jornalista Andréia Sadi noticiou em primeira mão a única bomba do feriado: a informação de que o tenente-coronel Mauro Cid fechou os termos de uma delação premiada com a Polícia Federal, que terá de ser homologada por Alexandre de Moraes - a quem Bolsonaro chamou de canalha no 7 de Setembro de 2021. Ironia pouca é bobagem.

De certa forma, o feriado que Bolsonaro transformou em símbolo de sua intentona golpista, para a qual arrastou lamentavelmente as Forças Armadas, parece ter encerrado esse capítulo. Ao prometer investir em renovação de tecnologia e equipamento para as Armas e numa política de reajuste de soldos para os militares, Lula vai tornando o antecessor página virada como influência sobre os quartéis.

A delação de Cid é um símbolo acabado da exaustão do relacionamento nada republicano que um exmilitar que passou à reserva depois de quebrar a hierarquia e a disciplina conseguiu estabelecer sobretudo com o Exército que o expeliu. O faz-tudo se viu diante da constatação de que o ex-chefe não hesitaria em jogar tudo em suas costas e resolveu falar. O potencial explosivo disso é incalculável.

Bolsonaro parece perceber a rápida erosão de sua base social. Tanto que, sem ter como mobilizá-la, saiu-se com o truque de pedir para os cidadãos não irem às ruas, quando provavelmente já não iriam.

Para Lula, a virada de página não se resume aos militares: a economia aquecida quebrou as resistências que havia a ele no mercado, e a **reforma ministerial** o aproxima também das siglas que integram a coalizão bolsonarista, inclusive do partido de Tarcísio de Freitas - que, ao não vetar o ingresso do Republicanos na base lulista, mostra estar, também ele, se afastando discretamente do criador.

O presidente faz um chamado a quem votou em Bolsonaro para comparar os períodos e refletir se sua vida está melhor

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Argentina (II) : a decadência - FABIO GIAMBIAGI

FABIO GIAMBIAGI

Este é o segundo de um conjunto de quatro artigos sobre a Argentina, destinados a explicar ao leitor o pano de fundo das eleições que ocorrerão na Argentina em outubro e - se houver segundo turno - novembro. Da mesma forma que, para que um argentino entenda como Bolsonaro foi eleito presidente aqui em 2018, era preciso que ele soubesse o que acontecera nos anos anteriores, é impossível a um brasileiro compreender as motivações do eleitor argentino sem atentar para a trajetória do país nas últimas décadas.

Tendo começado pela temática inflacionária, vamos hoje explicar o que aconteceu com o **PIB** nas últimas quatro décadas, antes de tratar dos temas dos próximos dois artigos da série.

Há dois dados-chave para o leitor entender a dimensão da decadência argentina nas últimas décadas, já considerando o que deverá acontecer com a economia em 2023: i) no período de 1981 a 2023, o **PIB** argentino terá sofrido uma contração em 19 dos 43 anos, algo que deve estar próximo de um recorde mundial, próprio de uma nação em guerra; e ii) em 2023, a renda per capita argentina será em torno de 4% inferior à de 2007.

A Argentina, como o Brasil, se move por ciclos, mas lá -como em quase tudo -as coisas são bem mais intensas do que aqui. Lá, como cá, o último boom se encerrou em 2011, mas desde então as coisas foram bem piores. Nos 12 anos de 2012 a 2023, o **PIB** brasileiro terá encolhido em três anos: 2015, 2016 e 2020. Na Argentina, isso terá acontecido nada menos que em sete! Por isso, o **PIB** argentino em 2023 será inclusive inferior ao de 2011.

Um argentino que tenha nascido em 1965 e feito 20 anos em meados da década de 1980 terá visto muitas coisas negativas, porém, mal ou bem, nesses altos e baixos do país terá tido depois a oportunidade de vivenciar o miniboom posterior ao Plano Austral dos anos 80, a euforia dos anos 90 com o Plano de Convertibilidade e o ciclo das commodities da década de 2000, assim como no Brasil.

Já um jovem que tenha ingressado no mercado de trabalho vizinho no começo da década de 2010, só

terá visto desgraças: o esgotamento das políticas populistas dos Kirchner, a queda do **PIB** em três dos quatro anos do governo Macri e a experiência patética do atual governo, com uma **inflação** anual que anda pelos 110% - e contando...

Não é de estranhar, portanto, que a juventude esteja particularmente frustrada e se volte para propostas mais radicais contra o "sistema". A demanda por outsiders nunca foi tão elevada no país. Há algumas semanas, numa confiteria do Centro portenho, conversando com um conhecido escritor local acerca da opção de voto de um parente jovem, um garçom cansado de guerra e com o olhar amargo, comentava que "ele tem muita raiva; eu só tenho uma enorme tristeza".

Em 2001, assistindo às passeatas reclamando "que se vayan todos" por ocasião da debacle da convertibilidade, com o então presidente De la Rúa fugindo de helicóptero da Casa Rosada, numa quinzena fatídica em que o país teve cinco presidentes em duas semanas, um jovem analista disse para os amigos com os quais estava sentado num bar, acompanhando com perplexidade a situação: "Disso tudo vai nascer algo novo. Não sei o que, mas não será nada bom". Quis o destino que ele depois viesse a ser ministro do que estava para nascer, tendo com o passar dos anos se tornado opositor do governo do qual formou parte.

Falo de Martin Lousteau, ex-ministro de Economia de Cristina Kirchner e atual senador da oposição. Hoje, como em 2001, o clima de revolta com a situação é generalizado, mas, ao contrário daquela ocasião, quando, mal ou bem, o sistema político, com a escolha de Duhalde, foi capaz de engendrar a solução que permitiu ao país sair da crise e ter uma década de relativa prosperidade, há dúvidas se nas atuais circunstâncias o corpo político do país terá a capacidade de se reinventar para possibilitar à Argentina sair de circunstâncias tão difíceis.

Voltaremos a tratar do assunto daqui a duas semanas.

Nos 12 anos de 2012 a 2023, o **PIB** brasileiro terá encolhido em três anos: 2015, 2016 e 2020. Na Argentina, isso terá acontecido em sete

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o->

globo?token=1e7a469a6fb0328000054

Mercado precifica espaço menor para cortes na Selic

Victor Rezende e Gabriel Roca

O espaço para redução da taxa de juros tem sido percebido pelo mercado como menor do que o esperado. O estresse externo, com a leitura de que os juros ficarão altos por mais tempo nos EUA, estreitou a área de manobra para ajustes na Selic ao se somar a fatores domésticos, como **PIB** maior, que pressiona a **inflação**, e o retorno do risco fiscal. O mercado de juros já retirou dos preços uma parte considerável dos cortes para 2024 e mostra viés mais conservador do que o do Boletim Focus, do Banco Central.

Em poucas semanas, a Selic no fim do ciclo de corte dos juros sofreu alterações relevantes. A curva, que chegou a apontar taxa básica de 8,75% no final do ciclo, indica que a Selic deve encerrar 2024 entre 9,5% e 9,75%. A reprecificação ocorre em um ambiente de disparada dos juros futuros no Brasil - que funcionam como previsão das taxas nos próximos anos -, o que está em linha com o exterior, uma vez que as taxas dos títulos de EUA têm a maior alta em 15 anos.

Roberto Elaiuy, da Kinea Investimentos, diz que, com a resiliência da economia americana, países arriscados no aspecto fiscal, como o Brasil, "estão mais sujeitos a choques, principalmente se houver pouco prêmio para ficar no país." Página C1

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

Comida em casa deve ficar mais barata neste ano

Lucianne Carneiro

Após três anos de alta expressiva (duas delas de dois dígitos), os preços dos alimentos consumidos em casa devem cair em 2023, segundo a maioria das projeções de bancos, consultorias e gestoras levantadas pelo Valor. Nove das 13 instituições consultadas acreditam que haja deflação na chamada alimentação no domicílio este ano: a mais intensa delas é de um recuo de 1,8%. Se confirmadas as estimativas, será a primeira queda desde 2017, quando recuou 4,86%.

Uma combinação de safra recorde, preços de commodities agrícolas em queda, condições climáticas favoráveis, melhora da situação na guerra da Ucrânia quanto ao transporte de grãos, recuo do dólar e do petróleo - que reduz o custo de insumos - ajudou a mudar o cenário para a **inflação** de alimentos, dizem economistas.

O recuo fica muito distante de compensar as altas expressivas dos últimos anos, especialmente depois da pandemia, alertam, mas são um alívio para o bolso do consumidor. O preço da alimentação no domicílio subiu 18,16% em 2020, 8,23% em 2021 e 13,21% em 2022.

O grupo reúne alimentos in natura, como cereais, oleaginosas e leguminosas, carnes e leites, e é considerado a melhor referência para avaliar o custo de alimentação. Isso porque nos preços de alimentação e bebidas são considerados também os alimentos consumidos em bares e restaurantes (a chamada alimentação fora do domicílio), cujos preços refletem outros custos, como mão de obra e demanda.

"Não há mal ou bem que dure para sempre. A pandemia promoveu um descasamento das cadeias produtivas globais, com um choque de oferta que pressionou preços de alimentos. A guerra da Ucrânia agravou ainda mais a situação. Isso foi até a segunda metade de 2022, quando se viu alguma melhora no atacado. Mas só chegou com mais clareza para o varejo em 2023", afirma o economista da LCA Consultores Fábio Romão, responsável pela cobertura de **inflação** na consultoria.

Sua projeção é que o preço da alimentação no domicílio recue 1,62% em 2023. Apesar do recuo, Romão defende que o patamar de preços ainda está

muito elevado, diante das altas acumuladas nos últimos anos, e que a situação "só parou de piorar".

Economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio de Souza Leal classifica como "bonança perfeita" a conjuntura que permitiu a desaceleração dos alimentos. Após anos de aumentos significativos nos preços, "as superssafas no Brasil e nos EUA" colaboraram para segurar as cotações de commodities, ao lado de uma desaceleração da economia chinesa. "É uma bonança perfeita, com vários fatores positivos ao mesmo tempo. O ano passado não foi uma safra tão ruim e ainda assim teremos um aumento de quase 20% da safra de grãos neste ano", diz Leal, que prevê alta de 2,5% da alimentação no domicílio em 2023.

Na Tendências Consultoria, a projeção é de quase estabilidade nos preços dos alimentos consumidos em casa, com uma variação de 0,1%. Economista responsável por **inflação** na consultoria, Luíza Benamor destaca a influência da queda do dólar e dos preços de petróleo, para além dos fatores já citados - como as safras recordes, condições climáticas favoráveis e recuo de preços de commodities.

"Tem a queda no preço do petróleo, que é um balizador de preços para a produção agrícola, por impacto nos preços de fertilizantes, gastos com equipamentos e grandes máquinas e o transporte internacional. Neste sentido, também há uma influência do real apreciado, que reduz custos do produtor", afirma.

O desempenho dos preços de alimentos tem ajudado inclusive, reforça Luíza, em se alcançar uma **inflação** como um todo mais controlada. "Os alimentos são um dos segmentos que têm mostrado a melhor dinâmica e vêm ajudando a segurar a **inflação**", diz a especialista.

Para o ano que vem, economistas preveem alguma aceleração dos preços, mas as estimativas estão dispersas. Um dos riscos no horizonte é o fenômeno El Niño, que pode comprometer a safra do próximo ano. Outro fator de cautela é a guerra na Ucrânia. Depois da alta inicial de preços, o mercado se adaptou à situação na região e, mesmo com o fim do acordo do mar Negro -que permitiu o embarque de mercadorias -, não houve mais impacto. Uma eventual piora do conflito pode mudar isso.

As projeções que já incorporam o risco do El Niño estão mais altas, enquanto as demais são mais baixas, como é o caso da Tendências Consultoria, que prevê alta 2,5% da alimentação no domicílio.

"É uma bonança perfeita, com vários fatores positivos ao mesmo tempo", Luis Otávio Leal

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230906/>

Fraqueza do setor industrial empurra Alemanha à recessão

Martin Arnold e Laura Pitei

Uma grande queda na produção de automóveis levou à uma contração da indústria alemã, com a produção caindo pelo terceiro mês seguido em julho, intensificando as pressões para Berlim tirar a economia da crise.

A Alemanha parece destinada a uma nova contração, com suas fábricas enfrentando custos de energia mais elevados, um mercado global menos acolhedor e uma intensa concorrência da China em setores-chave. Nesta semana o Instituto Kiel para a Economia Mundial cortou sua previsão para a economia alemã para uma contração de 0,3% no trimestre atual e de 0,5% em 2023 como um todo.

A produção industrial caiu 0,8% no mês, segundo a agência de estatísticas alemã. Essa queda teria sido ainda maior sem uma recuperação na produção de energia e da construção em julho. A produção do setor automotivo caiu 9%.

"A produção industrial da Alemanha continua despencando e até mesmo os mais pessimistas estão ficando assustados", diz Carsten Brzeski, economista do banco holandês ING, que calcula que a produção industrial ainda está 7% abaixo dos níveis pré-pandemia.

A maior economia da Europa encolheu ou estagnou nos últimos três trimestres e sua recuperação da pandemia de covid-19 tem sido mais lenta que a dos EUA e da zona do euro como um todo. O coração industrial do país foi particularmente atingido pelos preços mais altos da energia, elevação das taxas de juros e desaceleração do comércio com a China - seu segundo maior mercado exportador.

Ralph Solveen, economista do banco alemão Commerzbank, diz que a contínua queda da produção afetou "todos os grupos manufatureiros", indicando que isso provavelmente vai "contribuir para uma contração da economia alemã no segundo semestre do ano".

Para piorar, a agência de estatísticas da União Europeia cortou sua estimativa de expansão da zona do euro no segundo trimestre de 0,3% para 0,1%. A revisão segue-se aos cortes nas previsões de

crescimento da Itália, Irlanda e Áustria e significa que a região está ficando mais atrás dos EUA, cujo PIB cresceu 0,6% no trimestre. Ontem, o euro caiu 0,3%, para US\$ 1,0688, seu menor nível em três meses.

Há temores crescentes de que grupos industriais alemães venham a transferir a produção para fora do país. A Basf, principal companhia de produtos químicos da Alemanha, vai construir uma nova unidade petroquímica de 10 bilhões na China e está reduzindo o tamanho de sua sede nas margens do Reno, em Ludwigshafen.

Uma pesquisa recente da Câmara do Comércio e Indústria da Alemanha constatou que 32% das empresas consultadas preferem investir fora do país a ampliar seus negócios no mercado interno.

O governo vem sendo pressionado a resolver os problemas econômicos do país. Esta semana, o primeiro-ministro Olaf Scholz prometeu aumentar o crescimento e eliminar o "mofo da burocracia", acelerando a digitalização dos serviços online do governo e as faturas eletrônicas - áreas em que a Alemanha está atrasada -, além de facilitar a criação e estimular o crescimento das startups.

Os 16 Estados da Alemanha adotaram uma rara posição unificada ontem em favor de um preço subsidiado de eletricidade para setores de uso intensivo de energia - uma ideia apoiada pelo ministro da Economia Robert Habeck, do Partido Verde, e por grandes grupos empresariais, mas contestada pelo social-democrata Scholz e seu ministro das Finanças liberal.

Os líderes regionais apelaram para que os países da União Europeia possam oferecer um subsídio à eletricidade que atue como uma "ponte" enquanto energias renováveis acessíveis não estiverem prontamente disponíveis.

Habeck reconheceu ontem que o país está sofrendo com muitos problemas que incluem os preços altos da energia. Mas alertou contra "falar mal" da maior economia da Europa, insistindo ser errado afirmar que "tudo está indo mal".

"A notícia positiva é que o senso de urgência finalmente aumentou", disse Brzeski. "Vamos esperar

agora por uma ação política mais concreta. Até lá, a estagnação na indústria e na economia com um todo parece ser o novo normal."

A Destatis, agência federal de estatísticas alemã, disse que a queda da produção industrial em julho, sobre igual período do ano passado, foi de 2,1%. Os setores de uso mais intensivo de energia, como os de produtos químicos, metalurgia e vidro, sofreram uma queda anual maior de 4%.

As fábricas alemãs ainda estão trabalhando para atender os pedidos em atraso, mas estes estão diminuindo. Os novos pedidos para a indústria alemã caíram 10,7% no mês em julho. Foi a maior queda desde que o primeiro "lockdown" da pandemia fechou muitas fábricas em abril de 2020.

"Embora os volumes de pedidos não atendidos ainda sejam altos, eles vêm caindo paulatinamente e por isso é improvável que sustentem a produção nas fábricas por muito mais tempo", diz Franziska Palmas, economista da consultoria Capital Economics. "Acreditamos que a produção cairá mais no restante do ano, contribuindo para a Alemanha mergulhar em uma recessão."

Outro fator que está pesando sobre muitas empresas alemãs é a escassez de mão de obra. Uma pesquisa de agosto do Instituto Ifo com 9 mil empresas do país, constatou que 43,1% sofrem com a falta de mão de obra qualificada, um aumento em relação ao mês anterior, mas um pouco abaixo do recorde de quase metade de todas as empresas no ano passado.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

Rússia continuará guerra contra Ucrânia à espera de Trump

Humberto Saccomandi

A guerra na Ucrânia acabou de completar um ano e meio e todos os sinais são de que o conflito vai durar muito tempo ainda. Os dois lados buscam vencer pela exaustão, militar e econômica. Como ambos demonstram ter recursos e disposição de usá-los, dificilmente haverá estímulo para uma negociação de paz. O que pode mudar esse cenário é uma inesperada piora na economia russa e uma vitória de Donald Trump na eleição presidencial americana em novembro do ano que vem.

A Ucrânia vem realizando desde maio uma contraofensiva nas regiões ocupadas pelos russos no sul e no leste do país. Obteve ganhos modestos, com retomada de pouco território. O avanço, contra uma defesa russa que teve tempo de se preparar, é lento e tem um custo elevado, material e humano.

Segundo estimativa americana divulgada há algumas semanas pelo jornal "The New York Times", o número de soldados mortos e feridos na guerra já estaria na casa de 500 mil. Os soldados russos mortos seriam 120 mil, com até 180 mil feridos. No lado ucraniano, haveria 70 mil mortos e até 120 mil feridos. Nem Moscou nem Kiev divulgam dados oficiais críveis de baixas em combate.

O governo russo parece contar com uma dificuldade maior do inimigo de repor as suas tropas. Antes da guerra, a Ucrânia tinha população perto de 44 milhões e efetivo militar de 500 mil. Já a Rússia tinha 100 milhões de habitantes a mais e 1,33 milhão de soldados. Assim, ainda que a Rússia esteja perdendo mais tropas, uma guerra longa jogaria a seu favor.

Enquanto tiver apoio militar e econômico do Ocidente, a Ucrânia deverá ter fôlego. A Rússia, segundo analistas militares, tem sofrido com escassez de equipamentos e munição. O presidente Vladimir Putin deve se reunir em breve com o líder da Coreia do Norte, possivelmente na próxima semana, para negociar a compra de armas.

A economia russa também dá sinais de estar sofrendo após um ano e meio de guerra: o rublo perdeu 50% do seu valor em relação ao dólar, a **inflação**, o gasto e o déficit públicos dispararam e há falta de mão de obra devido à mobilização de guerra. Mas não houve o

colapso econômico que muitos previam após as sanções ocidentais, e acredita-se que Moscou ainda poderá sustentar por um bom tempo o seu

esforço de guerra. Assim, nada sugere que um dos lados esteja perto da exaustão. Com isso, nem Rússia nem Ucrânia sinalizam disposição de buscar uma saída negociada para a guerra.

Recentemente, uma autoridade da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) sugeriu que a Ucrânia poderia ceder território à Rússia em troca de um acordo de paz. A sugestão foi prontamente rejeitada e criticada por Kiev, e a Otan teve de formalmente reiterar sua posição oficial de que a decisão de como e quando negociar é do governo ucraniano.

Moscou também rejeita negociações e deve manter essa posição até ao menos as eleições do ano que vem nos Estados Unidos. Isso porque a principal chance de uma reviravolta na guerra seria com a vitória eleitoral de Donald Trump. O republicano já disse que pretende rever o apoio americano à Ucrânia, caso seja eleito. Alguns analistas sugerem que Trump poderia até mesmo retirar os EUA da Otan.

Os aliados europeus parecem levar esse risco a sério e se preparam para acelerar a produção local de armas, para o caso de terem de apoiar sozinhos o esforço de guerra da Ucrânia. Não se sabe, porém, se a Europa teria essa capacidade militar e econômica, além da disposição política para isso.

Ou seja, a maior chance de a Rússia ganhar a guerra ou, pelo menos, de conseguir condições vantajosas num acordo de paz reside na eleição de Trump. Para isso, Moscou deve tentar manter os territórios já ocupados na Ucrânia e não se engajar em nenhuma iniciativa de paz até novembro de 2024. Tudo indica, assim, que o conflito prosseguirá ao longo de todo o ano que vem, mantendo o impacto negativo que vem tendo na economia mundial.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230906/>

É preciso pôr um fim à farra dos supersalários (Editorial)

No novo regime fiscal, o governo apostou suas fichas no aumento das receitas, o que lhe trará dificuldades óbvias diante da grande carga tributária vigente. Há pressão para que faça, então, todos os esforços possíveis para diminuir gastos e evitar desperdícios - como pagamentos de supersalários no setor público. O teto do funcionalismo atual é de R\$ 41,6 mil, mas há 25,3 mil funcionários espalhados pela União, por Estados e por municípios que recebem mais que isso, somando despesas extras de R\$ 3,9 bilhões.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que apoia o projeto de lei que, em tese, disciplina o assunto. O projeto voltou ao Senado em julho de 2021, após ter sido aprovado pelos senadores e passado pelo crivo dos deputados com modificações, e agora aguarda votação final.

A elite do funcionalismo, alojada especialmente no Judiciário e no Ministério Público, recebe bem mais que o teto porque acrescenta uma inacreditável lista de vantagens que não são consideradas na conta da remuneração sujeita aos limites. Magistrados têm 60 dias de férias por ano, diferentemente dos trabalhadores da iniciativa privada; recebem extras por acúmulo de função e excesso de trabalho e, mesmo assim, podem vender os dias de descanso remunerado não gozados. Não é incomum que alguns deles recebam ajustes de contas em algum mês que excedem R\$ 100 mil. Um tribunal de Justiça estadual, por exemplo, pagou em maio R\$ 677 milhões em bônus salariais para 604 juízes e desembargadores, referentes a um benefício extinto há duas décadas, com base em interpretação de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Na linguagem do setor público, há as verbas remuneratórias - o salário, propriamente dito - e as indenizatórias, que não são contabilizadas para efeitos do teto. A criatividade na criação de "indenizações" foi farta e descontrolada, a ponto de existir pagamento de auxílio-livro, para juízes que quisessem se atualizar, e auxílio-moradia, mesmo para magistrados que exercem suas funções onde possuem imóvel próprio de longa data. Membros de tribunais de Justiça e juízes chegam a receber R\$ 13 mil para compra de livros jurídicos e material de informática. Deputados federais, após o fim do auxílio-paletó, receberam um salário extra no início do ano legislativo de 2023, para as despesas de início de mandato. O valor de cada

benefício segue o ritmo do livre arbítrio. Qualquer regulamentação séria acabaria com a maior parte dessas indenizações. Nas discussões do projeto de lei original no Senado, foram listados 39 tipos de rendimentos extras e aprovados 9 deles. Na Câmara, a lista voltou a crescer para 32 tipos de indenizações, direitos adquiridos ou ressarcimentos que escapariam ao cálculo do teto. A legislação no qual o governo aposta para domar os supersalários é um remendo de baixa qualidade, cuja virtude é a de pelo menos disciplinar uma farra descontrolada e estabelecer "subtetos" para as dezenas de benesses já usufruídas pela elite do funcionalismo.

Dessa forma, o auxílio-alimentação foi limitado a 3% do teto (R\$ 1.248), planos de saúde, a 5% (R\$ 2.080), auxílio-transporte e auxílio-creche para crianças de até 5 anos, a 3% (R\$ 2.496 somados). Apenas com os auxílios e planos de saúde as vantagens são R\$ 6.240. A média de remuneração dos três Poderes em todos os níveis da federação atinge 13,5% do PIB e só é inferior entre os países da OCDE (cuja média é de 9,3%) às de Islândia, Dinamarca e África do Sul (O Globo, 6 de setembro).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, diz que a Casa pode vetar o projeto contra supersalários, mas também fará o mesmo com a PEC que restabelece o quinquênio ao Judiciário - aumento de 5% dos salários a cada 5 anos -, benefício que também não entra na conta do teto salarial. É a enésima tentativa de ressuscitar uma benesse extinta em 2001. É importante que os senadores a rejeitem.

Os supersalários são uma faceta da desorganização estrutural do Estado, que não avalia o mérito de seus funcionários, tem carreiras demais e planos de carreira de menos, proximidade desestimulante entre salário de início e fim de carreira, excesso de funcionários em atividades-meio e falta deles em atividades fim (saúde, educação etc), improdutividade, desigualdades salariais, absenteísmo e outras disfunções que tornam os serviços públicos caros para os contribuintes, que são retribuídos com serviços deploráveis ou ineficientes.

Uma reforma administrativa profunda precisa ser feita, e uma série de bons diagnósticos foi apresentada ao governo no início da gestão de Jair Bolsonaro, que não estava interessado nisso. O projeto que o governo

enviou só valerá para novos funcionários e não incluía militares, nem Legislativo e Judiciário. A redução de despesas com a reforma é importante, mas seu efeito decisivo será sobre a eficiência do Estado, a redistribuição justa de salários nas carreiras públicas e a prestação de serviços de melhor qualidade para a população.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>

Mercado sinaliza espaço menor para cortes na Selic

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

O espaço disponível para a flexibilização da política monetária pode ser menor que o esperado e, aos poucos, o mercado começa a se adaptar a esse cenário. O estresse externo, com a percepção de juros mais altos por um período prolongado nos Estados Unidos, estreitou a área de manobra para ajustes na Selic ao se somar a fatores domésticos, como a força renovada da economia e o retorno dos riscos fiscais ao centro das atenções. O mercado de juros, assim, já retirou dos preços parte considerável dos cortes precificadas em 2024 e mostra um viés até mais conservador que o observado no Focus.

No intervalo de apenas algumas semanas, a precificação da Selic no fim do ciclo sofreu alterações relevantes. A curva de juros, que chegou a apontar uma taxa básica de 8,75% no fim do ciclo, agora já indica que a Selic deve encerrar 2024 entre 9,5% e 9,75%. O tamanho da reprecificação impressiona em um ambiente de disparada dos juros futuros no mercado local, em um movimento alinhado ao exterior, onde as taxas dos Treasuries renovam as máximas em 15 anos.

"Quando olhamos alguns exercícios que temos feito internamente, observamos que, se fizermos uma modelagem para tentar encontrar a Selic "terminal" com base no núcleo de **inflação** no Brasil, enxergamos espaço para que os juros possam cair até algo próximo a 8%. Porém, quando incorporamos no modelo o nível dos juros nos EUA e a variação cambial no Brasil, observamos uma limitação para que a Selic caísse até cerca de 10,75%", diz Roberto Elaiuy, gestor de renda fixa da Kinea Investimentos.

Em vídeo sobre o resultado dos fundos de renda fixa da casa em agosto, Elaiuy aponta que a Kinea tem trabalhado com o risco reduzido no mercado de juros doméstico. Na avaliação da gestora, "a convergência mais ou menos rápida para o [nível de juros] neutro dependerá de como o câmbio se comporta e uma variável importante para o câmbio é o diferencial de juros em relação aos EUA".

Assim, a Kinea aponta que, em um ambiente no qual a economia americana continua a mostrar um desempenho resiliente, países mais arriscados do ponto de vista fiscal, como o Brasil, "estão mais

sujeitos a choques, principalmente se houver pouco prêmio para ficar no país". Não por acaso, nas últimas semanas o mercado voltou a embutir prêmios de risco mais elevados nos ativos domésticos. Os juros futuros subiram de forma expressiva e o dólar voltou a encostar no nível psicológico de R\$ 5.

O economista-chefe da XP, Caio Megale, sustenta em seu cenário básico uma Selic de 10% no fim do ciclo de cortes, nível mais alto que o consenso do Focus, que está em 9%. Para ele, os juros globais elevados não têm dado sinais de que irão retornar à tendência observada nos anos anteriores à pandemia. Além disso, a condução da política fiscal com uma postura mais expansionista deve gerar como consequência uma política monetária mais contracionista.

"Está ficando claro que os juros nos EUA não vão voltar ao nível de antes. A taxa do título de 30 anos era negociada perto de 3% e hoje está por volta dos 4,5%. Isso reflete fatores que não devem se dissipar no curto prazo. E, no Brasil, há uma série de iniciativas de aumento de despesas que, ao nosso ver, não só pressionam a **inflação** por manter a demanda interna aquecida, mas também mantêm o déficit público elevado. Normalmente, nesse cenário, as expectativas de **inflação** também ficam pressionadas", diz.

A XP, assim, vê dificuldade em traçar um cenário em que a expectativa de **inflação** de 2025 exiba uma convergência para a meta. "Imaginando um juro neutro [aquele que não estimula e nem desestimula a atividade] em 5% e uma **inflação** rodando em torno de 4%, a Selic neutra seria de 9%. É ainda achamos que os juros precisarão ser contracionistas no ano que vem para refletir os efeitos do cenário global e do fiscal", afirma Megale, ao justificar a projeção de 10% para a taxa em 2024.

O economista aponta, porém, que um cenário alternativo, em que o câmbio se valorizasse adicionalmente, a demanda interna perdesse tração e o mundo continuasse em uma tendência desinflacionária, o Banco Central poderia levar os juros a níveis mais baixos.

O economista-chefe da Apex Capital, Alexandre Bassoli, adota um cenário semelhante ao da XP, ao projetar o juro básico em 9,75% no fim do atual ciclo de flexibilização monetária. "Tudo sugere que existe

espaço para cortar os juros, já que a **inflação** caiu de forma importante e era preciso evitar que o juro real subisse adicionalmente. Mas minha impressão é a de que vamos ter uma taxa "terminal" relativamente alta", afirma.

Ao tomar como referência o ciclo de afrouxamento de 2016 a 2018, que começou com a Selic em níveis semelhantes, Bassoli cita três justificativas para defender a visão de que a taxa básica deve terminar em um patamar mais alto. O primeiro fator elencado por ele é o estágio do ciclo econômico atual, com uma atividade bastante resiliente e um mercado de trabalho aquecido, o que contrasta com as condições de 2016. "Lá atrás, o nível de ociosidade era uma prescrição clara de que seria necessária uma política monetária expansionista para permitir um crescimento cíclico da economia", pontua.

Além disso, Bassoli cita uma política fiscal expansionista, que limita o espaço para os cortes de juros, e a incerteza em torno da condução da política fiscal, que ainda está em vigor. "A relação dívida/**PIB** vai continuar subindo e a estratégia do governo é aumentara carga tributária para equilibrar as contas, mas existe uma dúvida em relação sobre o potencial arrecadatório dessas medidas, que ainda precisam ser aprovadas pelo Congresso", enfatiza Bassoli. Para ele, esse cenário, quando somado à taxa de juros global em alta, o terceiro item citado pela Apex, se traduz em prêmios de risco mais altos, que limitam o espaço para a queda da Selic.

Com os riscos externos e domésticos em mãos e diante de indicações renovadas de resiliência da atividade econômica, especialmente após a divulgação do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre, o Citi abandonou a expectativa de uma aceleração no ritmo de cortes nos juros neste ano. O banco, assim, projeta a Selic em 11,75% em dezembro e em 9% em 2024, mas vê chances de um ciclo de cortes de juros menor.

"O hiato do produto mais fechado e suas implicações para a dinâmica da **inflação** de serviços provavelmente reduzirão a flexibilidade do Copom para acelerar os cortes nos juros do ritmo atual de 0,5 ponto percentual ao longo deste ano", dizem os economistas Leonardo Porto, Paulo Lopes e Thais Ortega em nota enviada a clientes.

"Apesar de mantermos a visão de que o Copom reduzirá a Selic até o nível neutro nominal estimado de 9% em meados de 2024, os riscos de um ciclo de flexibilização menor são crescentes, especialmente se a atividade econômica e o mercado de trabalho continuarem nos surpreendendo no lado altista", enfatizam os economistas.

"Existe espaço para cortar os juros, mas minha impressão é que vamos ter uma taxa [final] relativamente alta" Alexandre Bassoli

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187655>

Probabilidade de "pouso suave" cresce nos EUA, diz Capital Economics

Eduardo Magossi De São Paulo

Embora a economia americana deva se enfraquecer nos próximos trimestres, o sentimento de que os EUA entrarão em recessão está dando lugar para a maior probabilidade de uma "aterrissagem suave", na opinião do economista de mercados da Capital Economics, Hubert de Barochez.

Segundo ele, um pouso suave aconteceu apenas duas vezes nos EUA desde 1970, após os ciclos de aperto de 1984 e entre 1994 e 1995 - mas também poderia ter acontecido após o ciclo entre 2015 e 2018, se não houvesse surgido a pandemia, segundo expõe o executivo no estudo.

Nos períodos analisados pelo economista, as bolsas americanas foram impactadas pela alta dos juros durante os ciclos de aperto, mas depois se recuperaram rapidamente.

Barochez afirma que duas lições podem ser tiradas destes episódios anteriores de aterrissagem suave. A primeira é que, embora não tenha havido recessão, o índice S P 500, em geral, teve dificuldades em fazer grandes avanços nesses períodos até o banco central americano ter começado a cortar os juros.

A segunda é que, uma vez terminado o ciclo de aperto, o mercado acionário se recupera e sobe bastante rapidamente. "Embora a ausência de uma recessão possa ser suficiente para evitar a queda das ações, em cada caso foi necessário um catalisador positivo para impulsionar o mercado para ganhos tão grandes", disse o economista.

Olhando para o futuro, Barochez acredita que o Fed irá cortar mais cedo e mais rapidamente do que os investidores esperam, ajudando os rendimentos reais de longo prazo a recuarem. E que, desta vez, o entusiasmo pela inteligência artificial pode ser o catalisador positivo para isso. "Se a atividade econômica permanecer forte, o mercado das bolsas poderá ter um desempenho muito bom", disse.

O economista pondera, contudo, que embora uma recessão pareça menos provável, "continuamos um tanto nervosos" com esta possibilidade. "Embora aterrissagens suaves tenham ocorrido no passado, um cenário de desinflação em que uma queda na inflação

a partir de níveis muito elevados não é seguida por uma recessão não tem precedentes", afirma.

Desta vez, o Fed começou a aumentar as taxas à medida que a inflação subia para níveis nunca vistos desde a década de 1980, e o atual ciclo de aperto é o mais agressivo desde a última grande guerra contra a inflação na década de 1970 e no início da década de 1980, afirma. "Como resultado, não ficaríamos surpreendidos se a economia fique um pouco mais fraca do que nos episódios anteriores - mesmo que, em última análise, ainda se qualifique como uma aterrissagem suave. Isso tiraria fôlego do mercado de ações por um tempo", diz.

Mas, segundo ele, assim que quaisquer preocupações persistentes sobre crescimento desaparecerem, "pensamos que o mercado acionário dos EUA irá se recuperar fortemente, como aconteceu após o ciclo de aperto de 1994-95 com a bolha das pontocom - mas desta vez devido ao entusiasmo renovado pela IA. Estimamos que, até ao final de 2025, o S P 500 se situará quase 50% acima do seu nível atual", em torno dos 6.500 pontos.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187655>

Defesa nacional terá R\$ 52,8 bilhões para equipamentos e tecnologias

Agência Brasil

Projetos de defesa nacional e monitoramento das fronteiras vão receber R\$ 52,8 bilhões nos próximos anos, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Desse total, R\$ 27,8 bilhões serão alocados até 2026 e outros R\$ 25 bilhões depois desse período.

Os investimentos do PAC serão direcionados a equipamentos aéreos, navais e terrestres, como aeronaves cargueiro, caças Gripen, helicópteros leves e de médio porte, construção de submarinos e navios-patrolha, viaturas blindadas, e implantação de sistemas de controle de faixa de fronteira. Segundo o Ministério da Defesa, atualmente, o setor representa cerca de 5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e gera 2,9 milhões de empregos, diretos e indiretos.

O valor total destinado ao Eixo Defesa é considerado adequado pelo professor José Luis da Costa Oreiro, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). Segundo ele, é importante que o Brasil invista em equipamentos. "As Forças Armadas brasileiras são muito mal equipadas. Esse investimento é importante não só para a garantia da soberania territorial brasileira e profissionalização do Exército, mas também para que a gente possa desenvolver uma tecnologia na indústria da defesa, que vai gerar bons empregos", avalia.

O Exército terá R\$ 12,4 bilhões para ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de equipamentos. Uma das frentes é a compra de 714 viaturas blindadas sobre rodas e sobre lagartas com sistemas de armas e comunicações.

Também está prevista a compra de 10 helicópteros de emprego geral e nove veículos aéreos não tripulados, além da modernização de seis helicópteros Pantera.

Os recursos também vão servir para o desenvolvimento do Programa Estratégico Astros, que promove pesquisa, desenvolvimento e implantação de uma unidade de mísseis táticos de cruzeiro de longo alcance.

Para a Marinha, os recursos previstos para seis projetos são de R\$ 20,6 bilhões.

Entre eles está a construção do primeiro submarino nuclear do país, previsto para estar concluído em 2029, além da construção do estaleiro e da base naval para esse submarino. Outros três submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica também estão previstos Para Oreiro, ter um submarino movido a propulsão nuclear é importante para a defesa do Brasil. "Somos um país que tem uma enorme plataforma continental e o Brasil precisa ter uma arma de capacidade de dissuasão.

Essa é a grande vantagem do submarino nuclear, ele pode ficar submerso por meses a fio e isso dá um potencial de dissuasão contra ameaça de qualquer inimigo externo", diz.

Também está prevista a continuação das obras do Complexo Naval de Itaguaí (RJ) e a construção de 11 navios e quatro fragatas, que serão usados em ações de inspeção naval e fiscalização e para a proteção do tráfego marítimo.

As ações para a Aeronáutica terão R\$ 17, bilhões. Entre elas está a aquisição e produção de 34 aeronaves de caça multiemprego), para ampliar a capacidade da FAB nas tarefas de controle aeroespacial, interdição, inteligência, reconhecimento e proteção da força. Em maio deste ano, foi inaugurada a linha de produção da aeronave Gripen na fábrica da Embraer, na cidade de Gavião Peixoto, interior de São Paulo.

Site: https://impresso.monitormercantil.com.br/wp-content/uploads/2023/09/MM-07_08_09_2023.pdf

O preço do toma lá, dá cá - ROBERTO FONSECA

ROBERTO FONSECA

Depois de duas paradas - uma no Recife e outra na Tunísia -, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca hoje em Nova Délhi, na Índia, para a 18ª Cúpula do G20, grupo que reúne 19 das principais economias do mundo mais a União Europeia. Pela primeira vez, o Brasil receberá a presidência do G20. Oficialmente, o governo brasileiro assume o comando em 1º de dezembro, mas a cerimônia simbólica de transferência ocorrerá durante o encontro de líderes.

Curiosamente, a viagem internacional vem em boa hora para Lula.

Ao mesmo tempo em que celebração do 7 de Setembro se mostrou tranquila em Brasília, sem qualquer ataque à ordem democrática vigente, o petista vinha, até então, enfrentando uma semana marcada por desgastes junto ao eleitorado e à opinião pública.

Tudo começou com a declaração de Lula de sugerir sigilo aos votos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A declaração não foi bem recebida no meio jurídico.

É praticamente consenso entre advogados e juristas de que a transparência dos julgamentos no STF é um dos pontos altos da mais alta Corte do país. Mexer nisso seria ir contra a segurança jurídica vigente hoje no país, afinal, as decisões, sejam de juízes de primeiro grau, desembargadores ou ministros, ficam disponíveis para consulta pública nos sites do Poder Judiciário - exceto nos casos de segredo de Justiça.

Em seguida, a tão aguardada **reforma ministerial** para alocar o Centrão na Esplanada mostrou que o famoso "toma lá, dá cá" do presidencialismo de coalizão, termo de autoria do sociólogo Sérgio Abranches, segue vivíssimo no terceiro mandato de Lula. Ao tirar uma medalhista olímpica do comando do Ministério do Esporte para dar lugar a um deputado federal de terceiro mandato que nunca passou pela comissão temática que trata sobre a área na Câmara, o presidente passa um recado para a população de que a política inclusiva no desporto não é prioridade.

Uma pena.

Os quadros de medalhas das Olimpíadas e de campeonatos mundiais nos deixam uma lição: os países que têm esporte de alto rendimento são os que mais investem em prática esportiva nas escolas.

Era justamente esse o foco de Ana Moser. Será essa a prioridade dos políticos do PP? Muitos atletas têm certeza que não. E você, caro leitor, como avalia?

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/08/all.pdf>

Time de mulheres em defesa de Ana Moser

Henrique Lessa

A acomodação do Progressistas - partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL) - no Ministério do Esporte, pasta que estava sob o comando de Ana Moser, tem custado caro para a imagem do petista junto a sua base histórica. Ana Moser, que foi vista embarcando em um voo para São Paulo, recebeu inúmeras mensagens de apoio. Até a primeira-dama, Janja da Silva, demonstrou descontentamento com a decisão do marido de demitir a ex-jogadora da Seleção Brasileira de vôlei.

Em uma rede social, Janja respondeu a um comentário de um apoiador que disse não estar feliz com a saída de Ana Moser. Janja respondeu, nos comentários da postagem: "Eu também não tô feliz". Na sequência da conversa, reforçou: "É triste mesmo". A postagem foi feita logo após o encerramento do desfile cívico-militar na Esplanada dos Ministérios.

Ao longo dos dois meses de negociação para a **reforma ministerial**, assessores do Planalto apontaram que Janja defendeu a manutenção das mulheres no primeiro escalão do governo.

Além de Moser, outra que entrou na bolsa de apostas para sair foi Luciana Santos, titular da pasta da Ciência e Tecnologia, que chegou a ser cogitada para entrar na negociação com o PP e o Republicanos.

Ana Moser disse, ontem, em entrevista à CNN, que sua demissão "foi uma decisão política, uma pena para o esporte". E acrescentou: "O governo abandonou o esporte!" Em uma rede social, ela fez um balanço dos seus oito meses de gestão. "Tivemos pouco tempo para mudar a realidade do esporte no Brasil, mas sei que entregamos muito, construímos muito e levamos a política do presidente Lula aos que tivemos contato de Norte a Sul deste país. Como mulher, lutei para conquistar espaços e, no ministério, trabalhei para transformar a realidade do esporte brasileiro. E continuarei lutando", postou Ana Moser.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, também manifestou apoio à ex-colega de governo.

"Com trajetória admirável, Ana Moser recuperou o papel social transformador do esporte em oito meses de governo. Atuou incansavelmente pela valorização do futebol feminino e pela igualdade entre atletas mulheres e homens.

Tenho certeza de que nos encontraremos em breve em futuras parcerias", escreveu Gonçalves em suas redes sociais.

A ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, também usou as plataformas digitais para se solidarizar com a ministra demitida.

"Com seriedade e competência, Ana Moser encara o esporte enquanto atividade capaz de transformar a sociedade. Para mim, é uma honra termos trabalhado juntas e compartilharmos de um projeto de país", escreveu Dweck.

No palanque oficial do desfile, o presidente Lula e a primeira-dama ficaram rodeados, na maior parte do tempo, por todas as nove ministras remanescentes no governo. A imagem foi traduzida como estratégia de contenção de danos pela saída de uma das poucas mulheres que ocupam cargos de primeiro escalão.

No esforço de reduzir as críticas, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que Ana Moser fez um importante trabalho à frente da pasta, e minimizou o impacto da troca da ex-atleta por um deputado do Centrão. "Mudam os jogadores, mas não muda a estratégia do time", disse o ministro.

"Quero registrar o carinho e a admiração do trabalho que vinha sendo feito pela ministra Ana Moser, o presidente Lula tem uma grande consideração (por ela). Nesse período, ela plantou as sementes e já começou a colher os frutos dos compromissos do governo, que não mudam", declarou Padilha, complementando que a ex-ministra deixa um legado para o governo.

Para justificar a troca de comando no Esporte, Padilha disse que a **reforma ministerial** foi o encerramento de uma etapa importante, que trouxe para a base governista todos os partidos que se posicionaram como defensores da democracia e contrários aos ataques de 8 de janeiro. "Ontem, o presidente deu o desfecho a uma etapa de incorporar na equipe ministerial líderes de duas importantes bancadas que já vinham ajudando o governo", disse Padilha.

Márcio França

Alexandre Padilha também agradeceu ao ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, que deixará o cargo contra a vontade, para assumir o novo Ministério

da Micro e Pequena Empresa, que será criado.

França foi um dos primeiros a chegar ao palanque das autoridades na Esplanada dos Ministérios.

Ele publicou, ontem, em uma rede social, uma foto de Lula cumprimentando o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do Republicanos, mesmo partido do deputado Sílvio Costa Filho (PE), que irá assumir o comando do Ministério dos Portos e Aeroportos.

E escreveu, em tom irônico: "Saúdo Lula por trazer para o governo o Tarcísio de Freitas e seu partido para nos apoiar". França e o governador de São Paulo são adversários políticos no estado.

"Como mulher, lutei para conquistar espaços e, no ministério, trabalhei para transformar a realidade do esporte brasileiro.

E continuarei lutando" Ana Moser, ex-ministra do Esporte

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/08/all.pdf>

Sem garantias, governo deve atrasar conclusão de reforma

Renan Truffi e Marcelo Ribeiro

De olho nas pautas prioritárias que precisa aprovar no Congresso, o governo Luiz Inácio Lula da Silva deve atrasar por mais algumas semanas as negociações para a escolha dos novos presidentes da Caixa Econômica Federal e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Ambos os cargos estão prometidos para o Centrão, mas, segundo interlocutores, não serão designados tão cedo.

A avaliação da articulação política é que a gestão petista precisa ter alguma "carta na manga" caso PP e Republicanos não entreguem os votos que se esperam deles, já que os dois partidos foram agraciados com ministérios na primeira **reforma ministerial** de Lula.

O primeiro sinal de que a preocupação do Palácio do Planalto pode não ser irreal foi dado nessa quinta-feira (7). Um dia após o deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE) ser anunciado como novo ministro dos Portos e Aeroportos, o presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira (SP), afirmou que a legenda não vai compor a base do governo petista. Pelo contrário, seguirá com atuação independente.

O dirigente anunciou também que Costa Filho, em função do ingresso no governo Lula, se licenciará de suas funções partidárias, tanto da presidência da sigla em Pernambuco quanto do cargo de 10 tesoureiro na Executiva Nacional do partido.

Em nota, Pereira destacou, por fim, que a indicação de Costa Filho para o primeiro escalão do governo "trata-se de um convite pessoal e direto do presidente Lula ao parlamentar".

O motivo é que o Republicanos tem como um de seus principais expoentes o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que tem forte ligação com o eleitorado conservador e o próprio Jair Bolsonaro (PL), seu padrinho político. A sigla é ligada à Igreja Universal e apoiou, em 2022, a reeleição do ex-presidente.

Nos bastidores, auxiliares da cúpula do Executivo minimizam esse tipo de decisão. Eles dizem que isso já estava "precificado" e faz parte do pacto entre Centrão e governo Lula, como forma de evitar que a

aliança constranja governadores e parlamentares mais conservadores do bloco partidário.

Por outro lado, a estratégia do governo de tentar postergar as nomeações para os demais órgãos prometidos também deve colocar o Executivo em rota de colisão com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), líder do Centrão.

Nomes próximos a Lira dizem que o bloco não terá tanta paciência assim com o governo. A pressão pode até diminuir nessas primeiras duas semanas, mas tende a voltar em breve, disse um parlamentar do grupo.

Isso porque o Centrão não quer emplacar apenas um substituto para a atual presidente da Caixa, Rita Serrano, mas também para outras diretorias do banco, num modelo de aliança conhecido como "porteira fechada". Ou seja, prerrogativa e autonomia para que o partido beneficiado faça trocas em todos os cargos estratégicos de um ministério ou instituição.

Outro argumento dos integrantes do Centrão é que as nomeações de Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e André Fufuca (Esporte) vão garantir que o governo consiga manter apenas os votos que já vinham tendo no primeiro semestre, quando conseguiu angariar apoio tanto no Republicanos quanto no PP. Isso quer dizer que a reforma não tende a ampliar a margem de apoio da gestão Lula. Agora, o atraso na entrega dos cargos pode, sim, gerar perda de apoio.

Sobre isso, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, Alexandre Padilha (PT), admitiu ontem que "a expectativa" do Palácio do Planalto é apenas "continuar" com o mesmo apoio que já registrou nos primeiros meses do ano.

"A nossa expectativa e o compromisso que tivemos tanto do deputado federal Sílvio Costa Filho quanto do André Fufuca é que aquilo que essas bancadas [PP e Republicanos] já vêm garantindo de aprovação dos projetos fundamentais para retomar o crescimento econômico e programas sociais, [é garantir] que esse compromisso continue", disse.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230906/>